



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2011**

Senhores Acionistas,

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, sediada no Setor Comercial Sul-SCS – Quadra 9 – Bloco B – Salas 301 a 305 – Brasília-DF – CEP 70308-200 (Edifício Parque Cidade Corporate – Torre B), endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ nº: 00.336.701/0001-04, é uma empresa de economia mista de capital aberto vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei n.º 5.792, de 1/07/1972.

A TELEBRÁS rege-se pela Lei 6.404/76 e por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis.

A partir da publicação do Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, publicado no DOU de 13/05/2010, que instituiu o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, a Empresa iniciou a sua reestruturação organizacional, visando o exercício das suas atribuições e a implantação das bases de suporte do referido programa.

Conforme disposto no Decreto nº 7.175/2010, cabe à Empresa: (i) implementar a rede privativa de comunicação da Administração Pública Federal; (ii) prestar apoio e suporte a políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público; (iii) prover infra-estrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos; e (iv) prestar serviço de conexão à internet em banda larga para usuários finais, apenas e tão somente em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.

Objetivando dar mais transparência ao relacionamento com os acionistas, aos órgãos de controle da administração federal e aos demais interessados, relata-se, a seguir, sucintamente, as realizações do exercício de 2011.

1 - ATIVIDADES DA EMPRESA

No exercício de 2011 a Empresa envidou todos os esforços no sentido de implantar os projetos relacionados ao suporte das operações do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL, concentrando os investimentos no Backbone, na Backhaul e na infraestrutura do projeto, o que lhe dará capilaridade e amplitude nacional.

A União é detentora diretamente, como acionista majoritária da Empresa de 89,88% das ações ordinárias com direito a voto e 72,67% de seu capital total, que, somados às participações detidas por outras empresas federais, totalizam 74,58% do capital.

2 – FINANÇAS

- **Estrutura patrimonial e financeira**

No encerramento do exercício de 2011 constata-se a ocorrência de significativas variações na estrutura patrimonial da Empresa.

O Ativo apresentou uma evolução da ordem de 100%, quando comparado com 2010, decorrente do crescimento das rubricas do Ativo Circulante (evolução de 119%) e Ativo



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Imobilizado (evolução de 1.870%). Referidas variações decorrem do aporte de recursos por parte do acionista controlador, para o financiamento da implantação do Programa Nacional de Banda Larga, que não foram totalmente utilizados.

Já com relação à estrutura de financiamento da empresa pode-se afirmar que a mesma também passou por profundas alterações, já que houve reclassificações de passivos contingentes do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante, em função das avaliações dos processos judiciais nos quais a Telebras figura no pólo passivo, e em função também dos processos de implantação dos projetos da Empresa, que implicaram em forte crescimento dos passivos junto a fornecedores (passivo circulante). Em função ainda do ingresso de recursos a serem incorporados ao capital social da empresa, decorrentes de subscrições de capital por parte do acionista controlador o Patrimônio Líquido apresentou forte evolução, passando de R\$ 22,3 milhões negativos para R\$ 338,7 milhões positivos.

É demonstrada a seguir a síntese da estrutura patrimonial da Empresa:

RUBRICAS	EXERCÍCIOS							
	2011			2010			2009	
	R\$	AV%	AH%	R\$	AV%	AH%	R\$	AV%
Ativo Circulante	703,9	78,3	119,3	321,0	71,8	7,0	300,0	69,3
Ativo Não Circulante	194,7	21,7	54,3	126,2	28,2	(5,2)	133,1	30,7
Realizável a Longo Prazo	115,9	12,9	(5,2)	122,2	27,3	(8,1)	132,9	30,7
Imobilizado/Intangível	78,8	8,8	1.870,0	4,0	0,9	1.900,0	0,2	0,0
TOTAL DO ATIVO	898,6	100,0	100,9	447,2	100,0	3,3	433,1	100,0
Passivo Circulante	366,6	40,8	293,8	93,1	20,8	(0,2)	93,3	21,5
Passivo Não Circulante	193,3	21,5	(48,6)	376,4	84,2	7,8	349,3	80,7
TOTAL DO PASSIVO	559,9	62,3	19,3	469,5	105,0	6,1	442,6	102,2
Patrimônio Líquido	338,7	37,7	1.618,8	(22,3)	(5,0)	134,7	(9,5)	(2,2)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	898,6	100,0	100,9	447,2	100,0	3,3	433,1	100,0

Assim sendo os dados da estrutura patrimonial refletem uma situação que deve continuar sofrendo profundas alterações nos períodos subseqüentes, uma vez que a atividade da Empresa requer a utilização intensiva de capitais concentrados no seu ativo imobilizado e o processo de implantação de seu projeto foi acelerado ao longo do exercício de 2011, com reflexos mais fortes nos exercícios seguintes.

- **Estrutura econômica**

EM R\$ MILHÕES

RUBRICAS	EXERCÍCIOS FINDOS EM					
	2011		2010		2009	
	R\$	AV%	R\$	AV%	R\$	AV%
Receitas Operacionais	9.5	19,9	27.2	196,5	0,2	0,9
Despesas Operacionais	(54.6)	114,0	(36.6)	(264,3)	(18.4)	(89,5)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro	(45.1)	(94,1)	(9.4)	(67,8)	(18.2)	(88,6)
Resultado Financeiro	(2.8)	(5,9)	(3.7)	(26,4)	(0,3)	(1,4)
Provisão para Imp. de Renda e CSLL	0	0	(0,8)	(5,8)	(2,0)	(10,0)
Prejuízo do Exercício	(47.9)	100,0	(13.9)	100,0	(20.5)	100,0



Destaque para o aumento do prejuízo verificado no exercício em relação ao do período de 2010. Esse aumento deveu-se principalmente ao fato de que em 2010 houve reversão de despesas da Provisão do Programa de Incentivo por Serviços Prestados - PISP, em função de sua revogação parcial gerando uma receita de reversão da ordem de R\$ 27 milhões, enquanto que em 2011 a receita decorrente da extinção do referido programa gerou receita de reversão de R\$ 8,7 milhões.

As receitas obtidas pela TELEBRÁS com as aplicações financeiras, ainda são sua receita mais expressiva e tem sido utilizadas para cobrir os desembolsos decorrentes de suas atividades operacionais, já que as despesas financeiras apropriadas não afetam o caixa da empresa.

Em decorrência da apuração de prejuízo no exercício e da permanência de prejuízos acumulados, não foram feitas provisões para pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio aos acionistas, bem como não foi apropriada a participação nos lucros dos empregados.

- **Execução orçamentária**

São destacados a seguir os dados da execução orçamentária da empresa, com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2011, aprovado pelo Decreto nº 7.605, de 10 de novembro de 2011 de:

R\$ milhões			
FONTES E USOS	PDG REALIZADO	PDG APROVADO	REALIZAÇÃO %
FONTES DE RECURSOS	453,8	576,2	78,8
Receitas	58,4	50,0	116,8
Recursos para Aumento de Capital	395,4	526,2	75,1
USOS DOS RECURSOS	181,9	743,2	25,0
Dispêndios Correntes	106,3	191,0	55,7
Dispêndios de Capital	75,6	552,2	13,7

O Orçamento de Investimento – OI da TELEBRÁS, para 2011 teve a sua versão final aprovada pelo Ofício nº 732/2011/MP/SE/DEST, de 10 de outubro de 2011, mediante a inclusão das seguintes ações: 120F0001 - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga - Nacional, 41010053 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Distrito Federal, 41020053 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Maquinas e Equipamentos - No Distrito Federal e 41030053 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Distrito Federal. A distribuição dos limites e sua realização é demonstrada a seguir:

LIMITES E EXECUÇÃO DO OI - EXERCICIO DE 2011

Ações	OI Aprovado	OI Realizado	% Realização
4101	13,6	0,7	5,1
4102	5,4	0,9	16,6
4103	6,9	2,2	31,9
120F	526,3	71,8	13,6
TOTAL	552,2	75,6	13,7

Fonte: SIEST/DEST



- **Recuperação de impostos**

A TELEBRÁS possui tributos a recuperar junto à Receita Federal do Brasil - RFB, no montante de R\$ 148,5 milhões em 31/12/2011, referentes a saldos de pedidos efetuados e a efetuar, referentes à restituição/compensação, conforme Nota Explicativa nº 5. Após várias tentativas frustradas em gestões administrativas junto àquele órgão, visando a agilização dos processos de homologação e recuperação dos mencionados tributos, a TELEBRÁS ingressou judicialmente em 07/06/2005, em desfavor da Fazenda Nacional, com ações de Restituição de Indébito relativas, na sua maioria, a saldos dos pedidos já efetuados. O ingresso na esfera judicial teve como intuito efetuar a transferência do objeto do âmbito administrativo para a via judicial, em razão da entrada em vigor da Lei Complementar nº 118, de 09/02/2005, que estabelece novas regras para a extinção dos créditos tributários.

- **Recursos para Aumento de Capital**

Os recursos foram repassados à TELEBRÁS em função do que consta no Anexo I da Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010, posteriormente convertida na Lei nº 12.410, de 26 de maio de 2011 em que a União abriu um Crédito Extraordinário da ordem de R\$ 300 milhões, e a liberação de mais R\$ 50 milhões, conforme Decreto nº 7.445 de 1º de março de 2011, destinados à Empresa, para a Implantação da Rede Nacional de Banda Larga, tudo em conformidade com o Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, cujo valor foi incorporado à previsão de aporte do exercício de 2011, conforme o Decreto s/nº de 28/01/2011, para futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO, acrescido do saldo remanescente da capitalização anterior citado na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis de nº 13.

3 - MERCADO

No transcorrer de 2011, a TELEBRÁS apresentou ao mercado informações e esclarecimentos sobre sua situação operacional, patrimonial e sobre o seu desempenho econômico-financeiro, a fim de possibilitar aos acionistas, investidores e ao público em geral a avaliação e acompanhamento sistemático de seus interesses, de acordo com a sua Política de Divulgação de dados para o mercado de Valores Mobiliários.

- **Ações TELEBRÁS ON e PN**

As ações ordinárias nominativas - ON e preferenciais nominativas - PN de emissão da TELEBRÁS vêm sendo negociadas regularmente na BM&FBOVESPA, sob os símbolos TELB3 e TELB4. Em 2011, foi registrado no mercado a vista um total de 114.309 negócios, envolvendo uma quantidade de 84,9 bilhões de ações e volume de recursos de R\$ 1,0 bilhão. O preço médio durante 2011 foi de aproximadamente R\$ 26,69 (vinte e seis reais e sessenta e nove centavos) por ação ON e de R\$ 10,04 (dez reais e quatro centavos) por ação PN. As ações da Empresa atualmente são custodiadas pelo Banco BRADESCO S/A.

4 – JURÍDICO

Em conseqüência da situação institucional decorrente das novas atribuições recebidas pela TELEBRÁS, a atuação da Gerência Jurídica se expandiu, pois cresceu a suas atribuições relacionadas com o contencioso judicial a atividade consultiva dos novos negócios, especialmente quanto aos Processos Licitatórios destinados à implantação do Programa Nacional de Banda Larga e à defesa da Telebrás nas impugnações, denúncias, ações judiciais e representações contra o PNBL nos diversos tribunais e instâncias administrativas.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

A sua estrutura foi adequada à dinâmica empresarial decorrente das atribuições recebidas pela TELEBRÁS no âmbito do Decreto 7.175, de 12 de maio de 2010 e a implantação, no que diz respeito às demandas judiciais, de um modelo de gestão que minimize perdas e maximize os ganhos financeiros.

II – Ações Judiciais

No acompanhamento das ações judiciais da TELEBRÁS, os seus registros são efetuados seguindo dentre outros, e de forma conservadora, o critério de RISCO DE PERDA, que classifica as ações em três categorias: perda provável (provisionamento preventivo), perda possível (sem o provisionamento preventivo, mas divulgação em nota explicativa) e perda remota (sem o provisionamento preventivo e sem divulgação).

Em dezembro de 2011, havia 123 ações judiciais classificadas com risco de perda provável, cujos valores foram provisionados no montante líquido de R\$ 321,8 milhões. O contencioso judicial encontra-se demonstrado no quadro a seguir:

ACÕES		2011		2010	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cíveis	Provável	43	293,2	40	261,8
	Possível	781	8,8	482	11,7
	Remota	764	12,5	676	5,3
Trabalhistas	Provável	78	13,0	80	10,7
	Possível	21	2,1	24	1,5
	Remota	61	0,7	66	0,6
Tributárias	Provável	2	15,5	2	15,5
	Possível	4	0,1	3	0,9
	Remota	1	0,0	1	0,0
TOTAIS		1.755	345,9	1.374	308,0

Referido passivo judicial merece atenção especial, o que vem sendo feito por meio do acompanhamento permanente e a avaliação sistemática dos processos, conforme consta da Nota Explicativa nº 12, bem como pela adoção tempestiva das providências exigidas no âmbito processual e administrativo, de forma qualificada pelos profissionais da área.

A TELEBRÁS responde por ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária perante diversos tribunais. Em 31/12/2011 figura como ré em 1.755 ações, sendo 160 trabalhistas, 1.588 cíveis e 7 ações tributárias. Além disso, a TELEBRÁS é autora em 36 ações, perfazendo um total de 1.791 processos judiciais.

5 - RECURSOS HUMANOS

- **Quadro de pessoal**

Ao final de 2011 o quadro de pessoal da TELEBRÁS compunha-se de 289 empregados, sendo que 190 prestavam serviço na sede da empresa, 71 encontravam-se cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e 28 cedidos a outros órgãos da administração federal.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

O quadro a seguir demonstra a evolução do quantitativo de pessoal da empresa nos últimos três anos:

POSIÇÃO	EFETIVO TOTAL	TELEBRÁS SEDE	CEDIDOS
31/12/2009	227	4	223
31/12/2010	276	127	149
31/12/2011	293(*)	194(*)	99

(*) Inclui 4 (quatro) requisitados

O quadro de pessoal apresentou evolução de 6,2% em relação a dezembro de 2010.

- **Acordo coletivo**

O Acordo Coletivo de Trabalho - ACT com o SINTTEL-DF, relativo ao período de 01/12/2010 a 30/10/2011 foi celebrado em 20/05/2011 ficando estabelecido que, para o próximo ACT, a data base será o dia 1º de novembro. O ACT relativo ao período de 1/11/2011 a 30/10/2012 encontra-se em processo de negociação.

- **Fundação Sistel de Seguridade Social**

Conforme as características individuais mencionadas na Nota Explicativa nº 20 às Demonstrações Contábeis, a TELEBRÁS é patrocinadora dos seguintes planos de Previdência Privada: PBS-A, PBS – TELEBRÁS, PAMA e TELEBRÁSPREV.

- **Plano de Carreira e Remuneração**

A Diretoria Executiva da Telebras decidiu implantar o Plano de Carreira e Remuneração de seus empregados fundamentado nos princípios da gestão por competência.

O objetivo é implantar um plano utilizando-se da metodologia de mapeamento das competências e a fixação da remuneração com base em processo de avaliação de desempenho, suportado ainda pelos resultados alcançados. Assim, além de fortalecer o quadro de pessoal a idéia e oferecer-lhe uma nova perspectiva de carreira e de valorização, por meio dessa ferramenta, motivando e retendo os talentos na empresa.

O contrato com a empresa de consultoria vencedora da licitação para a implantação do plano de carreira e remuneração dos empregados foi assinado em 19 de dezembro último e os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de 18 (dezoito) meses.

6 - LOGISTICA

Foram sistematizadas as atividades de almoxarifado, de reprografia, de serviços de protocolo, de controle dos veículos locados e de controle de pequenas despesas, com ganhos nos processos e simplificação de procedimentos.

Implantou-se metodologia de Gerenciamento de estoques de materiais de consumo e de gestão de patrimônio da sede, por meio da utilização do Sistema Open Bravo (software aberto). O cadastramento dos itens de patrimônio da sede da Empresa encontra-se em andamento sendo prevista a conclusão da atividade em meados de 2012.

Os trabalhos de implantação da infraestrutura de operações na sede da Empresa encontram-se em andamento, visando dotá-la dos meios de controle físicos adequados aos seus processos operacionais.



7 - LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

Em 2011 foram realizados 164 processos de aquisição de bens, produtos e serviços, cuja distribuição foi a seguinte:

Descrição	R\$ milhões	
	Quantitativo	Valores Consolidados
Dispensa de Licitação	64	2,8
Adesão à Ata de Registro de Preços	41	6,6
Inexigibilidade	37	3,4
Pregão Eletrônico	14	215,7
Emergencial	1	16,0
Art. 5º Decreto 7.175	4	3,1
Art. 1 e 4º Decreto 7.175	3	40,2
Total de processos licitatórios	164	287,8

8 - PROJETOS ESTRATÉGICOS

Seguindo orientação do Ministério das Comunicações, iniciamos o desenvolvimento de projetos estratégicos, sendo os principais:

- Anel Sulamericano
- Cabo Submarino Internacional
- Satélite
- Universidade Telebras
- Copa 2014

Anel Sulamericano

Este projeto tem como origem o entendimento dos países sulamericanos que compõem a Unasul da necessidade de interligação entre os países, de modo a se obter uma maior integração regional e uma maior racionalidade no tráfego regional. Realizaram-se diversas reuniões e chegou-se a um desenho preliminar de rede tendo a rede da Telebras como a de maior envergadura e com maior nível de interligação, compatível com as dimensões do Brasil.

Cabo Submarino Internacional

Este projeto tem como objetivos assegurar ao Brasil sua independência internacional, perdida quando da privatização do Sistema Telebras, e garantir preços competitivos para acesso ao backbone internacional de internet. Desenvolvemos os primeiros estudos técnicos, um plano preliminar de negócios e mantivemos contatos com inúmeros parceiros potenciais, com destaque para a Angola Cables e a Odebrecht.

Satélite

Este projeto tem como objetivos assegurar ao Brasil sua independência internacional no segmento satelital, perdida quando da privatização do Sistema Telebras, e garantir que o segmento de defesa e as comunicações estratégicas do país estejam sob controle nacional. Foi formado um grupo interministerial (MC, MD e MCTI) o qual, sob coordenação da Telebrás, desenvolveu os primeiros estudos técnicos, assim como a modelagem do projeto tecnológico. Tal modelagem previu a criação de uma nova empresa para a integração do primeiro satélite no país, sendo a Telebras uma de suas acionistas.



Universidade Telebras

Este projeto tem como objetivos (i) capacitar os colaboradores da Telebras, através de cursos internos e externos; (ii) desenvolver acordos com Universidades e Centros de P&D, com vistas ao desenvolvimento de tecnologias de telecom; (iii) certificar os equipamentos utilizados na rede da Telebras e (iv) validar em laboratórios os produtos ofertados pela Telebras.

Para a consecução dos objetivos, inicialmente a Telebras realizou em 2011 uma seleção pública de entidades de ensino e P&D nacionais, assinou dois acordos (PUC-RS e CTI) e, com a PUC-RS firmou Acordo de Cooperação Técnica para a implantação de um laboratório de telecom na Tecno-PUC em Porto Alegre-RS. A implantação do laboratório está prevista para março de 2012 e seu funcionamento em abril/2012.

Copa 2014

Nossa empresa foi escolhida pelo Ministério das Comunicações a representar o Governo na execução das garantias assumidas pelo Brasil para a realização da COPA em nosso País. Com este objetivo, mapeamos em 2011 todos os requisitos necessários ao atendimento das garantias de infraestrutura, bem como os potenciais parceiros em cada cidade-sede da Copa 2014, de modo a atender o SLA (Service Level Agreement) requerido. Com o mapeamento de rede efetuado, executamos um anteprojeto executivo para cada cidade-sede e calculamos o investimento em infraestrutura ótica necessário. A expectativa é de que sejam liberados mais de R\$ 200 MM para a construção de infraestrutura em redes de fibra ótica.

9 - ÁREA COMERCIAL

A estrutura da área comercial se encontra consolidada com segmentos de vendas, desenvolvimento de produtos, regulação, interconexão, parcerias, marketing, atendimento, faturamento e gestão de clientes.

Foram desenvolvidas ações estratégicas para o posicionamento da Empresa no mercado, o mapeamento competitivo de preços e a compilação da demanda nacional distribuída geograficamente para priorização de atendimento, assim como pesquisa de mercado junto aos provedores e a participação ativa em eventos do setor de banda larga.

Vendas

As atividades realizadas tiveram como foco o desenvolvimento do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e para tal a oferta de soluções para pequenos e médios provedores e Prefeituras. São soluções de acesso internet para possibilitar a oferta da Internet Popular (1 Mbps a R\$ 35/mês com impostos). Contamos com mais de 700 provedores de internet (ISP) interessados em participar do PNBL e, com o desenvolvimento da rede, estamos transformando o interesse em contratos.

Durante o ano de 2011, foram desenvolvidas atividades comerciais junto a 221 clientes, e as vendas não foram concretizadas em maior volume devido às dificuldades enfrentadas nas viabilidades técnicas de atendimento ainda decorrentes da expansão da rede. O ano terminou com 25 contratos comerciais assinados e 1,8 Gbps de banda contratada, um crescimento de 210% entre o 3º e 4º trimestre do ano. É importante notar que, com o crescimento substancial da velocidade de acesso, os contratos firmados foram substancialmente maiores em capacidade da capacidade planejada inicialmente pelo provedor: a média de capacidade vendida por provedor superou em até 3 vezes as expectativas iniciais.

Além do PNBL, desenvolvemos atividades para oferta de serviços de acesso à Internet e transporte para Grandes Clientes, Empresas e Administração Pública. No ano de 2011, o destaque foi o contrato firmado com a SKY para fornecimento de acesso Internet para sua rede pioneira em 4Gem Brasília. Ao longo do ano, foram mais de 70 oportunidades criadas e 39 propostas de serviço emitidas, o que constrói um cenário promissor para 2012, tendo em vista o ciclo de venda envolvendo clientes Corporativos e o segmento Governo. Apesar das dificuldades encontradas relacionadas às exigências de utilização da Lei 8.666, diversos projetos se iniciaram e muitas parcerias foram consolidadas.



Marketing

A divulgação do PNBL se deu de diversas maneiras, sendo a principal a participação de seus principais dirigentes em diversas apresentações em foros nacionais e internacionais, como a Telecom 2011 em Genebra, o Seminário da APTEL (Associação dos Provedores de Infraestrutura de Telecomunicações), o Seminário da ABRINT (Assoc. Brasil. De Provedores de Internet), o Seminário da Redesul, Encontro de Prefeitos, etc.

No segmento de exposições, participamos ativamente na Futurecom e no congresso da ABTA (Associação Brasileira de TV por Assinatura).

Destacamos também o patrocínio da Expedição WDC para investigação da qualidade de rede e serviços ao longo do trajeto da rede Telebras.

Foi iniciada uma atividade de divulgação do PNBL junto a todas as Prefeituras que se encontram dentro do raio de atendimento da rede.

O site da Telebras foi remodelado para refletir uma operação comercial ao invés da antiga visão institucional, sofrendo um significativo aumento de visitas e cadastro direto de interessados.

Gestão de Clientes

A área de gestão de clientes realizou a licitação do Call Center e toda a estrutura para atendimento foi formulada e implantada. A sistemática de faturamento também foi implantada. Esta área é a que apresentará um crescimento significativo nos anos vindouros com o aumento do número de clientes.

Desenvolvimento de Produtos

A área de desenvolvimento de produtos foi estruturada e formulou um amplo portfólio que inclui a oferta de IP PNBL, IP Corporativo, redes VPN/MPLS, enlaces Ponto-a-Ponto utilizando L2-VPN ou DWDM, entroncamento TDMoIP e anel metropolitano sobre tecnologia DWDM.

Acordos de Cooperação

A TELEBRAS firmou 20 Acordos de Cooperação, destacando-se os contratos firmados com a Rede Nacional de Pesquisas - RNP, Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV, Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, ETICE e Ministério do Planejamento. Estes acordos são de fundamental importância para a viabilização de redes de acesso em Estados onde a TELEBRAS necessita atuar. Iniciamos também diversas negociações com as empresas de energia elétrica e a Petrobras, empresas que hoje são responsáveis pelo fornecimento do backbone ótico utilizado pela TELEBRAS, assinando 5 contratos de cessão de infraestrutura.

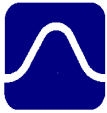
10 - ÁREA TÉCNICA E DE OPERAÇÕES

A área técnica da TELEBRÁS tem como principal atribuição a implantação e operação da Rede Nacional de Alta Velocidade, utilizando as fibras óticas sob o domínio da União, visando melhorar a infraestrutura para banda larga no Brasil e disseminar o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

A Rede Nacional tem como foco prioritário constituir uma rede corporativa federal, atender pontos de governo e de interesse público e ofertar capacidade de banda internet em localidades sem prestadores de serviço de comunicação, ou com preço elevado ou baixa atratividade econômica, bem como em áreas de baixa renda nas regiões metropolitanas.

Para cumprir essas obrigações foi elaborado um projeto de implantação de uma rede de transporte de dados, com as seguintes características:

- contempla a utilização de fibras óticas disponíveis nas empresas do Governo Federal;
- solução baseada na tecnologia DWDM (*Dense Wavelength Division Multiplexing*), que criou um meio de transporte de dados ótico – *Backbone Ótico*;
- Backbone Ótico subdividido em 3 (três) anéis (NE, SU e SE) e duas rotas na região norte;
- solução baseada na tecnologia *Ethernet/ IP/ MPLS* que dotou a rede de flexibilidade e qualidade, para a implementação de diversos serviços de transporte de dados;



- solução baseada na tecnologia rádio ponto-a-ponto, que irá possibilitar a capilarização da rede nacional de telecomunicações, por meio da implantação de *backhaul* (redes de transporte de dados que irão interligar os municípios ao *backbone*); alternativamente, para cidades maiores e áreas metropolitanas, implantação de *backhaul* óptico;
- solução de abrigos padronizados de telecomunicações do tipo container e gabinetes com os respectivos equipamentos de energia, climatização, segurança e aterramento, implantados para suportar os elementos anteriores.

Contratações dos equipamentos da Rede Nacional

A partir de um planejamento de rede efetuado em 2010, iniciaram-se os processos de contratação no mesmo ano e todos foram concluídos em 2011. Foram realizados os primeiros contratos para os itens de segurança de rede, core de rede, rádio IP, torres, acesso IP. Para os itens de infraestrutura e DWDM, foi concluído o dimensionamento dos projetos e foram assinados contratos prevendo a expansão da rede até atingir a demanda inicial prevista para 2012.

Foi elaborado edital de contratação dos serviços de Licenciamento de estações, identificação e contratação de locais para instalação de estações em todo Brasil. Os pregões foram realizados e as empresas vencedoras contratadas.

Projeto e construção da rede Nacional

A Rede Nacional utiliza a infraestrutura existente de cabos ópticos, que compõe as redes da ELETROBRAS e da PETROBRAS, instalados em diversas regiões do país, os quais foram disponibilizados à TELEBRÁS, consoante as determinações contidas no Decreto 7.175, de 12/05/2010 e os contratos que formalizam a Cessão de Uso dessas fibras foram assinados em 2011. O projeto inicialmente previsto em 2010 precisou ser revisado à medida que algumas facilidades previstas não estavam disponíveis na época da construção. As principais atividades executadas foram:

- caracterização das fibras ópticas nos anéis Nordeste e Sudeste, contemplando 48 estações.
- Execução de 45 obras civis de construção de estações do tipo POP no anel Nordeste. Foram concluídas ainda 18 obras civis de construção de estações do tipo POP no anel Sudeste, e tiveram início 4 obras civis de construção de estações do tipo POP no anel Sul.
- projetos de rede metropolitana para as principais cidades atendidas pelo trecho do backbone já concluído e projetos para as principais cidades que serão sedes para a Copa 2014. A se destacar as cidades de Brasília, Goiânia, Fortaleza e Recife entre outras.

Ativação da Rede

Já em meados do ano foram ativadas as primeiras estações do tipo Ponto de Presença (POPs) do *backbone* no trecho entre Brasília e Itumbira (GO). De forma contínua e gradual seguindo nas direções Norte e Sul do País, continuou-se a implantação dos POPs, sendo que no final do ano entraram em operação os trechos de compreendidos pelas estações de Brasília Geral a Serra da Mesa, direção norte, e Brasília Geral a Furnas, na direção sul.

Com a entrega dos primeiros trechos deu-se início a Operação Inicial da rede tendo como marco as atividades desenvolvidas pelo NOC (Network Center Operation), localizado em Brasília e suportado pelos sistemas de gerência de elemento de rede pertinente a cada sub-rede (IP-Core, IP-Borda, Backhaul e Infra-estrutura).

Foram ativadas também as 6 primeiras estações do tipo terminal de rádio (ETR) que possibilitaram o atendimento as primeiras localidades do programa PNBL, já ativando 9 provedores de acesso a internet, garantindo assim o acesso a baixo custo a rede mundial de computadores.



Integração com outras redes

Conjuntamente, as áreas técnica e comercial da TELEBRÁS buscam a integração da Rede Nacional com outras redes existentes e/ou futuras de propriedade de outros órgãos de Governo. O objetivo principal é proporcionar a conexão e/ou compartilhamento de redes e infraestruturas, visando ampliar a capilaridade da Rede Nacional, notadamente nas áreas metropolitanas das grandes cidades. Esta integração vem sendo formalizada por meio de acordos, convênios e contratos.

Neste sentido foram interligadas as redes da ETICE (Empresa de Tecnologia da Informação do estado do Ceará e as rede COMEP de Pernambuco e Rio de Janeiro. Estas últimas como resultado de um acordo de cooperação maior com a RNP (Rede Nacional de Pesquisa do MCT).

- **Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI**

Para ser utilizado como instrumento de planejamento e gestão dos processos e recursos de tecnologia da informação da TELEBRÁS, para o biênio 2011/2012, a Diretoria Executiva aprovou, em 26 julho de 2011, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da TELEBRÁS (PDTI-TB-2011-2012).

A 1ª versão do PDTI-TB-2011-2012 foi elaborada buscando contemplar 13 metas alinhadas à estratégia da entidade, plano de investimentos, contratações de serviços, aquisição de equipamentos, quantitativo e capacitação de pessoal de TI e gestão de risco.

- **Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI**

Criado em 26 julho de 2011 e constituído pela Diretoria Executiva e pela Gerência de Tecnologia da Informação, o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) tem as seguintes responsabilidades: manter alinhadas as ações de tecnologia de informação às estratégias da organização; estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologias associadas, promovendo suas implementações; aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, revisando-o semestralmente; validar as ações estratégicas não previstas no PDTI; aprovar os planos de Sistemas de Informação e o de Aquisição de Equipamentos de TI.

- **Política de Segurança da Informação**

Visando definir um conjunto de diretrizes que definem formalmente as regras e os direitos dos usuários, para propiciar a proteção adequada dos ativos da informação da organização, a Diretoria Executiva aprovou, em 17 de outubro de 2011, a **Política de Segurança da Informação da TELEBRÁS**.

- **Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI**

Criado em 17 de outubro de 2011 e constituído por representantes da Presidência, de cada uma das Diretorias e pela Gerência de Tecnologia da Informação, o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), possui caráter permanente, coletivo, consultivo e deliberativo para implantação e gestão dos instrumentos normativos de segurança da informação, no âmbito da TELEBRÁS.

- **Mapeamento e Gestão de Processos**

Tendo reconhecido que a iniciativa de gestão por processo, além de boa prática, é um instrumento poderoso de análise e melhoria de operações, com o potencial de servir de ponto de partida para alterações e melhorias na lógica do negócio, a TELEBRÁS investiu no



Pregão 026/2011 cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de modelagem de processos de negócio, capacitação, fornecimento e implantação de solução para automação de gestão de processos, por Registro de Preços e em conforme com as condições e especificações estabelecidas.

Embora o objeto tenha sido adjudicado e o resultado da licitação homologado, o contrato não foi celebrado em razão de representação formulada junto ao TCU que expediu cautelar de suspensão até conclusão do julgamento.

- **Sistemas Corporativos**

O parque de sistemas e aplicações instalados e cujas manutenções foram continuadas em 2011 é o que segue:

- Arquivo Digital: **Sistema geração de dados para MANAD,**
- GCP: **Gerência de Controle de Patrimônio,**
- Light Base: **Gerenciamento de documentos do Arquivo Nacional,**
- Livro Eletrônico: **Sistema de Livro Fiscal Eletrônico,**
- Redmine: **Gerenciamento do Catálogo de Sistemas da TELEBRAS,**
- SAAJ: **Sistema de Avaliação e Acompanhamento de Ações Judiciais,**
- SBT: **Sistema de Benefícios TELEBRAS,**
- SCDP: **Sistema de Concessão de Diárias e Passagens,**
- SES: **Sistema de Solicitação e Execução de Serviços,**
- SIP: **Sistema de informação de Pessoal,**
- SISATI: **Sistema de Ativo imobiliário,**
- SISCON: **Sistema de Contabilidade,**
- SISFIN: **Sistema de Controle Financeiro,**
- STM: **Sistema de Títulos Mobiliários,**
- SISTRAM: **Sistema de Tramitação de Correspondências,**
- WordPress: **Sistema de Gerenciamento de Conteúdo.**

- **Contratações**

Os seguintes sistemas foram prospectados em 2011 e iniciaram o processo de obtenção: Jurídico, Subsistema de Monitoramento de Obras do SIMEC e o Sistema de Gestão Corporativa.

Para atender a demanda relativa ao crescimento do parque de sistemas da TELEBRÁS duas contratações de fábrica de software foram iniciadas em 2011, a saber: a fábrica de software Adabas/Natural, para atendimento aos sistemas legados, e a fábrica de software orientado a WEB, para atender às novas aplicações e sistemas.

- **Processo de reestruturação tecnológica da TELEBRÁS**

Em continuidade a execução de reestruturação tecnológica da Empresa durante o ano de 2011, as seguintes ações tiveram curso: reforma elétrica no Data Center provisório, instalação dos Sistemas de Gerência de Rede, ativação do Storage, instalação da rede corporativa no 4º andar, instalação da Central Telefônica, disponibilização de acesso VPN aos fornecedores de Rede, montagem do NOC provisório e contrato de serviços de Telefonia Móvel.

11 - LEGAL E INSTITUCIONAL

Instrução CVM nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003 - Auditoria Externa

Com relação aos termos da Instrução CVM 381/03, a TELEBRÁS esclarece que, no exercício de 2011, a UHY Moreira-Audidores somente prestou serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis.



Administração geral

Registre-se por fim, que os resultados alcançados resultam das ações encetadas no sentido de agilizar os procedimentos de implantação da rede do Programa Nacional de Banda Larga, com o apoio dos órgãos da administração pública federal, que nos propiciaram os meios e condições de avançar significativamente na condução de nossos projetos e garantiram a alavancagem necessária.

Desta forma, nossos agradecimentos são extensivos aos órgãos do Governo Federal, aos nossos acionistas e conselheiros e ao corpo funcional da Empresa, responsáveis diretos pelos resultados obtidos e que nos permitirão em breve o alcance mais expressivo ainda de nossos objetivos e metas.

A ADMINISTRAÇÃO



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

ATIVO	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	635.318	280.178
Tributos Federais a Recuperar	5	33.620	21.352
ICMS a Recuperar		730	-
Depósitos Judiciais	7	27.537	11.300
Outros Ativos Realizáveis	8	6.654	8.145
		703.859	320.975
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Tributos a Recuperar	5	111.980	117.427
ICMS a Recuperar		2.255	-
Depósitos Judiciais	7	1.679	4.806
		115.914	122.233
IMOBILIZADO	9	78.805	3.951
		194.719	126.184
TOTAL DO ATIVO		898.578	447.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE			
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	10	7.682	7.435
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	11	-	12.651
Provisão para Contingências	12	254.549	32.698
Fornecedores		44.578	1.834
Grupamento de Ações		13.178	-
Outras Obrigações	15	46.573	38.442
		366.560	93.060
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Contingências	12	67.276	255.469
Credores por Perdas Judiciais	14	125.640	120.982
Antecipação de Clientes		429	-
		193.345	376.451
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	16	419.455	419.455
Prejuízos Acumulados		(497.064)	(449.155)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16	(278)	39
Ações em Tesouraria	16	(111)	(111)
Recursos para Aumento de Capital	13	416.671	7.420
		338.673	(22.352)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		898.578	447.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita Operacional Bruta		99	-
Deduções da Receita Operacional Bruta		(31)	-
Receita Operacional Líquida		68	-
Outras Receitas Operacionais		9.430	27.237
Recuperação de Contingências - PISP	11	8.712	27.077
Dividendos/JCP e outras	18	718	160
Despesas Operacionais		(54.581)	(36.640)
Despesas Gerais e Administrativas	18	(48.807)	(16.107)
Provisão para Contingências Judiciais	12	(5.505)	(17.382)
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	11	-	(3.005)
Impostos, Taxas e Contribuições		(233)	(81)
Perdas com Ações Judiciais	18	(36)	(65)
Prejuízo Antes do Resultado Financeiro		(45.083)	(9.403)
Resultado Financeiro		(2.826)	(3.659)
Receitas Financeiras	18	48.879	31.830
Despesas Financeiras	18	(51.705)	(35.489)
Resultado antes dos Tributos		(47.909)	(13.062)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	06	-	(799)
Prejuízo Líquido do Exercício		(47.909)	(13.861)
Quantidade de ações em circulação (unidade)		109.696.976	1.096.969.762.929
Prejuízo Líquido por ação (básico e diluído) expresso em R\$		(0,43674)	(0,00001)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prejuízo líquido do período	(47.909)	(13.861)
Ganho (perda) não realizado em ativos disponíveis para venda:		
Ações e Títulos	<u>(317)</u>	<u>368</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(48.226)</u>	<u>(13.493)</u>
Quantidade de ações em circulação (unidade)	109.696.976	1.096.969.762.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Prejuízos Acumulados	Ações em Tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Recursos para Aumento de Capital	Total
Saldo em 31/12/2009	419.455	(435.294)	(111)	(329)	6.759	(9.520)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(13.861)	-	-	-	(13.861)
Ajuste de Valores Mobiliários	-	-	-	368	-	368
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	-	661	661
Saldo em 31/12/2010	419.455	(449.155)	(111)	39	7.420	(22.352)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(47.909)	-	-	-	(47.909)
Ajuste de Valores Mobiliários	-	-	-	(317)	-	(317)
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	-	395.400	395.400
Atualização Monetária dos Recursos para Aumento do Capital	-	-	-	-	13.851	13.851
Saldo em 31/12/2011	419.455	(497.064)	(111)	(278)	416.671	338.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC – Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício antes do IR e CSSL	(47.909)	(13.062)
Ajustes	22.216	26.100
Depreciação e amortização – (Nota 18.2)	779	123
Provisão p/ conting. judiciais e enc. financeiros - (Notas 12.1.c e 18.4)	8.377	26.565
Tributos a recuperar – juros SELIC – (Nota 18.4)	(5.337)	(4.903)
Depósitos judiciais - rendimentos financeiros – (Nota 18.4)	(111)	(290)
Provisão para credores judiciais – encargos financeiros – (Nota 18.4)	4.657	3.944
Recursos capitalizáveis – encargos financeiros – (Nota 18.4)	13.851	661
Redução (aumento) dos ativos operacionais – circulante (c) e não circulante (nc)	(16.728)	(3.199)
Impostos a recuperar - tributos federais - c	(12.999)	(15.680)
Depósitos judiciais – c	(16.237)	(4.219)
Impostos a recuperar - tributos federais - nc	8.095	14.172
Depósitos judiciais – nc	3.236	1.643
Outros ativos circulantes	1.177	885
Aumento (redução) dos passivos operacionais – circulante (c) e não circulante (nc)	33.643	(5.465)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas – c	221.850	18.240
PISP e Acordo Coletivo - c	(13.495)	(24.906)
Outros credores – cisão parcial – c	4.266	3.259
Contribuição Social e Imposto de Renda – c	-	(838)
Demais impostos, taxas e contribuições - c	464	-
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas – nc	(179.815)	(3.314)
Outros passivos circulantes	373	2.094
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	(8.778)	4.374
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Pagamento da compra de imobilizado	(31.482)	(2.812)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(31.482)	(2.812)



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Fluxo de Caixa das Atividades de financiamentos

Recebimento de recursos capitalizáveis	395.400	-
Caixa Líquido das atividades de financiamentos	395.400	-
Aumento no caixa e equivalentes a caixa	355.140	1.562
Saldo inicial	280.178	278.616
Saldo final	635.318	280.178
Varição líquida da disponibilidade nos finais dos exercícios	355.140	1.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstrações do Valor Adicionado – DVA

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	NOTA	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
1. Receitas		9.312		27.089	
Recuperação de Contingências - PISP	11	8.712		27.077	
Outras Despesas Recuperadas	18.1	501		12	
Outras Receitas - Serviços de Telecomunicações		99		-	
2. Insumos adquiridos de terceiros		(5.431)		(4.991)	
Materiais diversos	18.2	(129)		(94)	
Energia e serviços de terceiros	18.2	(5.302)		(4.896)	
Outros	18.2	-		(1)	
3. Valor adicionado bruto (1+2)		3.881		22.098	
4. Retenções		(6.320)		(17.571)	
Contingências judiciais (Nota 12.1c)	18.3	(5.541)		(17.448)	
Depreciação	18.2	(690)		(117)	
Amortização	18.2	(89)		(6)	
5. Valor adicionado líquido produzido (3+4)		(2.439)		4.527	
6. Valor adicionado recebido em transferência		49.096		31.978	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18.1	217		148	
Receitas financeiras	18.4	48.879		31.830	
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)		46.657	100%	36.505	100%
Distribuição do valor adicionado					
8. Remuneração pelo trabalho		37.357	80,1%	12.635	34,6%
Honorários, salários e adicionais	18.2	19.913	42,7%	5.034	13,8%
Encargos e benefícios sociais	18.2	12.091	25,9%	3.525	9,7%
Saúde, Alimentação, Vale Transporte, Auxílio Creche e Material Farmacêutico	18.2	3.054	6,5%	410	1,1%
FGTS	18.2	1.821	3,9%	553	1,5%
Plano de aposentadoria e pensão – SISTEL	18.2	478	1,0%	108	0,3%
Programa de indenização por serviços prestados – PISP	11	-	-	3.005	8,2%
9. Impostos, taxas e contribuições – governo federal, estadual e distrital		264	0,6%	880	2,4%
Contribuição Social – Federal	6	-	-	218	0,6%
Imposto de Renda – Federal	6	-	-	581	1,6%
Outros – Federal		182	0,4%	53	0,1%
IPTU e Outros – Distrital		82	0,2%	28	0,1%
10. Aluguéis de imóveis, veículos e equipamentos	18.2	5.240	11,2%	1.362	3,7%
11. Despesas Financeiras	18.4	51.705	110,8%	35.489	97,2%
12. Prejuízo Líquido do exercício		(47.909)	(102,7)%	(13.861)	(37,9)%
13. Valor adicionado distribuído (8+9+10+11+12)		46.657	100%	36.505	100%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS é uma sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, vinculada ao Ministério das Comunicações, tendo sido constituída e iniciado suas operações em 09/11/1972 nos termos da autorização contida na Lei nº. 5.792, de 11/07/1972. Foi controladora de 54 empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, sendo 27 empresas de telefonia fixa, 26 empresas de telefonia celular e uma empresa de telefonia de longa distância, até a sua cisão parcial, em 22/05/1998.

Em Assembléia Geral Extraordinária de 22/05/1998, foi aprovada a cisão parcial da TELEBRÁS, resultando na constituição de 12 (doze) novas empresas controladoras, que foram privatizadas em 29/07/1998, permanecendo não mais com a função de controladora do Sistema TELEBRÁS.

Em 31 de dezembro de 2011, a União detinha diretamente 89,88% das ações ordinárias com direito a voto e 72,67% de seu capital total, que, somados às participações detidas por outras empresas federais, totalizam 74,58% do capital.

Na Assembléia Geral Extraordinária – AGE realizada no dia 03/08/2010, foi aprovada a reforma do Estatuto Social, para efetuar a reestruturação organizacional da Empresa, em cumprimento das metas estabelecidas pelo Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, instituído pelo Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, publicado no DOU de 13/05/2010.

Atualmente a Empresa, em fase de reestruturação organizacional e início das operações, exerce todas as atividades institucionais como ente integrante da Administração Pública Federal; responde pelo seu contencioso judicial, mantendo em seu quadro funcional empregados cedidos com ônus para a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e outros órgãos governamentais.

Em função do que consta no Decreto s/nº de 11/10/2011 publicado no Diário Oficial da União – DOU de 13/10/2011 foi autorizado o aumento de capital social da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS, no montante de até R\$ 300 milhões, com emissão de novas ações, mediante repasses de créditos da UNIÃO consignados na Lei nº 12.410/11 de 26/05/2011. Foi aprovado pelo Conselho de Administração na Ata 131ª de 07/02/2012 da TELEBRÁS o valor de R\$ 300 milhões a ser incorporado ao capital na próxima A.G.E.

A AGE da Telebrás realizada em 03/12/2010, aprovou o grupamento de ações na proporcionalidade de 10.000 (dez mil) para 1 (uma) ação, em cada espécie (ON e/ou PN). As frações de ações resultantes do grupamento foram somadas e vendidas em leilão na BM&FBOVESPA.

A partir de 24/01/2011, as ações de emissão da Telebrás passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA (site: www.bmfbovespa.com.br) na forma unitária. Dessa forma o preço de 1 (uma) ação a partir de 24/01/2011 corresponde ao preço de 10.000 (dez mil) ações.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Critério de Elaboração

As demonstrações contábeis examinadas por auditores independentes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, Os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2011 e, no que couber, as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações.

Mudança de critério

Em 31/12/2011 a TELEBRÁS mudou a forma de apresentação do fluxo de caixa do método direto para o indireto, tendo em vista a sua reativação e início de suas operações, pois estava em situação de descontinuidade operacional desde a cisão parcial, ocorrida em 1998 e ainda devido a complexidade de controle que iria gerar um custo adicional para Empresa

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilidades

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente, numerários em trânsito e por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado, que têm como meta a rentabilidade da Taxa Média da SELIC. Vide Nota Explicativa nº 4.

b. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade, saldo do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação. Vide Nota Explicativa nº 5.

Em 2011, com início das operações da TELEBRÁS destaca-se ainda o ICMS a Recuperar conforme evidenciado no Balanço Patrimonial.

c. Imposto de renda e contribuição social

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de, imposto de renda e contribuição social, em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Oportunamente, a Empresa voltará a registrar contabilmente, em



função de suas novas atividades no Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Vide Nota Explicativa nº 6.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real.

d. Ativos realizáveis - Créditos

Estão representados preponderantemente pelos i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não sendo reconhecidos como despesas na Empresa e sim como um direito a receber e ii) por aplicações em ações de companhias abertas, e títulos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM avaliadas pelo valor de mercado, conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

e. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor provável de realização na data do balanço.

f. Imobilizado

O imobilizado, constituído apenas por itens de uso administrativo, está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição e levando em consideração o Princípio da Materialidade, para os itens adquiridos nos exercícios anteriores.

Em 2012, será contratada consultoria especializada para sua avaliação, tendo em vista o recente início das operações do PNBL. Vide Nota Explicativa nº 9.

g. Provisões e obrigações trabalhistas

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. Vide Nota Explicativa nº 10.

h. Provisões para contingências

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda das ações judiciais em andamento efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRÁS na data do balanço. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

i. Planos de benefícios pós-emprego

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios pós-emprego estão descritas na Nota Explicativa nº 20.



j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

k. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

l. Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais de obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

m. Prejuízo líquido e valor patrimonial por ação - VPA por unidade de ações

Em 31/12/2011 o prejuízo líquido e o VPA por unidade de ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial, sendo 88.693.977 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 109.696.976 ações. Em 31/12/2010 foram calculados por unidade de ações, sendo 886.939.765.869 (líquida de 19.366.081 ações em tesouraria) ações ordinárias e 210.029.997.060 ações preferenciais, totalizando 1.096.969.762.929 ações.

n. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis basearam-se em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às referidas estimativas e premissas incluem principalmente a provisão para contingências judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa mensalmente as estimativas e premissas da provisão para contingências judiciais.

4 DISPONIBILIDADES

	2011	2010	Varição
	A	B	A-B
Contas bancárias	717	492	225
Numerários em trânsito	22.416	-	22.416
Aplicações FRF - Curto prazo - BB – Extramercado	<u>612.185</u>	<u>279.686</u>	<u>332.499</u>
	<u>635.318</u>	<u>280.178</u>	<u>355.140</u>



5 TRIBUTOS A RECUPERAR

No exercício, a movimentação da conta “tributos a recuperar” foi a seguinte:

Contas	Saldo 2010	Adições		Compensação Débitos	Saldo 2011
		Principal	Juros SELIC		
IRRF sobre aplicação financeira e saldo negativo de Imposto de Renda	99.851	8.625	4.608	(6.952)	106.132
IRRF sobre Juros Capital Próprio – JCP	35.464	8	739	-	36.211
Outros (Imposto sobre Lucro Líquido e IRRF sobre remessa para o exterior)	2.677	-	97	-	2.774
Contribuição Social	<u>787</u>	<u>-</u>	<u>65</u>	<u>(369)</u>	<u>483</u>
Total	<u>138.779</u>	<u>8.633</u>	<u>5.509</u>	<u>(7.321)</u>	<u>145.600</u>
Circulante	21.352				33.620
Longo prazo	117.427				111.980

No exercício de 2011, a Empresa efetuou a compensação de R\$ 7.321 (R\$ 19.610 em 2010) com débitos tributários relativos a Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre assalariado e prestadores de serviço pessoa jurídica e de débito de IRRF reclamado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB – PGFN, no processo judicial nº 200334000405974, no valor de R\$ 15.235 em 31/12/2010, ainda em tramitação na Justiça Federal-DF.

Apesar da compensação relativa ao processo acima citado, a TELEBRÁS pleiteia o mesmo valor, no processo judicial de nº 200234000366948 de Ação Anulatória que está também em tramitação na Justiça Federal – DF, para extinção do possível débito.

Do total dos créditos tributários em 31/12/2011, R\$ 125.640 (R\$ 120.982 em 31/12/2010) correspondem aos direitos creditícios cedidos para a Empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., por força de decisão judicial e do que consta em Termo de Transação e Outras Avenças. Vide informações adicionais na Nota Explicativa nº 14.

**6 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a. Demonstrativo do Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social de 2011 e 2010 foram apuradas conforme demonstrado a seguir:

	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	(47.909)	(47.909)	(13.062)	(13.062)
Adições permanentes	427	427	228	228
Exclusões permanentes	(49)	(49)	(137)	(137)
Subtotal	<u>(47.531)</u>	<u>(47.531)</u>	<u>(12.971)</u>	<u>(12.971)</u>
Diferenças temporárias	<u>19.233</u>	<u>19.233</u>	<u>16.429</u>	<u>16.429</u>
Adições temporárias:	<u>34.653</u>	<u>34.653</u>	<u>49.513</u>	<u>49.513</u>
Provisão contingências e encargos	34.456	34.456	44.995	44.995
Provisão fornecedores	-	-	332	332
Provisão PISP	-	-	3.005	3.005
V.M. dep. judiciais	143	143	1.008	1.008
Outras adições temporárias	54	54	173	173
Exclusões temporárias:	<u>(15.420)</u>	<u>(15.420)</u>	<u>(33.084)</u>	<u>(33.084)</u>
Provisão fornecedores	(107)	(107)	(10)	(10)
Provisão para contingências	(798)	(798)	(3.503)	(3.503)
Provisão PISP	(3.939)	(3.939)	(1.678)	(1.678)
VM – Depósito Judiciais e outras	(1.691)	(1.691)	(809)	(809)
Despesas recuperadas - PISP	(8.712)	(8.712)	(27.077)	(27.077)
Outras exclusões temporárias	(173)	(173)	(7)	(7)
Base de Cálculo	<u>(28.298)</u>	<u>(28.298)</u>	<u>3.458</u>	<u>3.458</u>
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	-	-	(1.037)	(1.037)
Resultado tributável	-	-	2.421	2.421
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(581)	(218)

**b. Créditos fiscais diferidos e não registrados**

Apresentamos a seguir o resumo dos créditos não registrados contabilmente:

Natureza	2011			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%
Créditos fiscais não registrados				
Provisão para contingências	321.825	80.456	321.825	28.964
Provisão para forn./perdas cred. rec./FINAM/outras	5.982	1.496	5.982	538
Prejuízo fiscal/base negativa	<u>205.823</u>	<u>51.456</u>	<u>206.283</u>	<u>18.565</u>
Total	<u>533.630</u>	<u>133.408</u>	<u>534.090</u>	<u>48.067</u>
Natureza	2010			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%
Créditos fiscais não registrados				
Provisão para contingências	288.167	72.042	288.167	25.935
Provisão para programa desligamento de pessoal	12.651	3.163	12.651	1.139
Provisão para forn./perdas cred. rec./FINAM/outras	6.163	1.541	6.163	555
Prejuízo fiscal/base negativa	<u>234.121</u>	<u>58.530</u>	<u>234.580</u>	<u>21.112</u>
Total	<u>541.102</u>	<u>135.276</u>	<u>541.561</u>	<u>48.741</u>

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos a imposto de renda e da base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IR) e da base de cálculo positiva da contribuição social, em cada período-base.



7 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados (judiciais e extrajudiciais) às contingências passivas

Natureza	Vinculados	Não vinculados	2011	2010
	A	B	A+B	
Cível	8.237	12.252	20.489	8.086
Trabalhista	7.164	293	7.457	6.800
Tributária	286	984	1.270	1.220
Total	<u>15.687</u>	<u>13.529</u>	<u>29.216</u>	<u>16.106</u>
Circulante	15.015	12.522	27.537	11.300
Não Circulante	672	1.007	1.679	4.806

Vide Nota Explicativa nº 12.

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens contingentes referem-se a diversos processos em que a TELEBRÁS figura como ré ou autora.

8 OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS – CIRCULANTE

	2011	2010
Pessoal cedido a recuperar – ANATEL	2.495	3.491
Pessoal cedido a recuperar - Órgãos Governamentais	858	1.232
Ações e Títulos destinadas à venda	2.471	2.788
Adiantamento a empregados	717	194
Aplicações FRF - Curto prazo - BB – Extramercado	-	377
Outros	<u>113</u>	<u>63</u>
Total	<u>6.654</u>	<u>8.145</u>

O saldo a recuperar da ANATEL e de outros órgãos governamentais refere-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais relativos aos empregados cedidos. Estão inclusos valores referentes às provisões de férias e seus respectivos encargos, que são provisionados mensalmente.

O saldo referente às ações destinadas à venda corresponde a ações em carteira própria de companhias abertas de empresas de telecomunicações, avaliadas pelo valor de mercado e disponíveis para negociação.

**9 IMOBILIZADO****9.1 Imobilizado**

Natureza do Imobilizado	Taxa Anual de Depreciação/ Amortização %	Custos	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Líquido	
				2011	2010
Instalações prediais	10	1.201	(109)	1.092	531
Mobiliário	10	2.301	(219)	2.082	1.350
Equipamentos de computação	20	2.917	(583)	2.334	676
Outros equipamentos comuns	10	56	(7)	49	13
Sistemas aplicativos	20	495	(105)	390	326
Estoque de imobilizado	-	<u>72.858</u>	-	<u>72.858</u>	<u>1.055</u>
Total		<u>79.828</u>	<u>(1.023)</u>	<u>78.805</u>	<u>3.951</u>

9.2 Movimentações ocorridas no Imobilizado em 2011

Descrição	Saldo 2010	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo 2011
Instalações Prediais	531	657	-	(96)	1.092
Mobiliário	1.350	916	-	(184)	2.082
Equipamentos de Computação	676	2.064	-	(406)	2.334
Outros Equipamentos Comuns	13	40	-	(4)	49
Sistemas Aplicativos	326	153	-	(89)	390
Imobilizado em Andamento	1.055	71.803	-	-	72.858
Total do Imobilizado	3.951	75.633	-	(779)	78.805

9.3 Movimentações ocorridas no Imobilizado em 2010

Descrição	Saldo 2009	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo 2010
Instalações Prediais	-	531	-	-	531
Mobiliário	-	1.350	-	-	1.350
Equipamentos de Computação	273	459	-	(56)	676
Outros Equipamentos Comuns	13	-	-	-	13
Sistemas Aplicativos	16	315	-	(5)	326
Imobilizado em Andamento	-	1.055	--	-	1.055
Total do Imobilizado	302	3.710	-	(61)	3.951

Inclui R\$ 16 mil de sistemas aplicativos reclassificados do ativo intangível

10 PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	2011	2010
Salários e honorários a pagar	538	770
Consignações a recolher – parte empregados	1.438	1.140
Encargos sociais a recolher	979	863
Benefícios sociais a recolher	153	118
Provisões trabalhistas e encargos sobre férias	4.574	3.701
Provisão Acordo Coletivo	-	<u>843</u>
Total	<u>7.682</u>	<u>7.435</u>



11 PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Para adequar a Empresa ao período pós-privatização, para o exercício somente das funções essenciais ao seu funcionamento como empresa sem ativos operacionais, foi iniciado, em setembro de 1998, o programa de desligamento de pessoal denominado “Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)”. Esse programa tem por objetivo proporcionar suporte financeiro para os empregados da Empresa, inclusive os cedidos para a ANATEL e demais órgãos governamentais, quando do desligamento funcional e contempla as verbas rescisórias e indenizatórias, as obrigações contidas em acordos coletivos de trabalho, bem como aquelas decorrentes de serviços prestados, tais como indenização pecuniária de alimentação, de assistência médica e de seguridade social.

Em 2011, a TELEBRÁS cumpriu determinação do ofício do Tribunal de Contas da União - TCU dando-nos ciência do Acórdão n.º 6767/2011 de 23/08/2011 que determinou "o prazo de 60 dias para que a TELEBRÁS adotasse providências com vistas a extinguir o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, determinando que, a partir da ciência da presente deliberação, abstenha-se de admitir novas adesões ou desligamentos no âmbito do referido programa" e do Ofício n.º 91/2011 de 09/09/2011, da lavra do Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, qual solicitou à TELEBRÁS que, em virtude das determinações do acórdão emanado pelo TCU, tome todas as medidas necessárias para extinguir imediatamente o PISP.

Assim, face à determinação do TCU e do Ministério das Comunicações, a direção da empresa declarou extinto o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, onde ficaram vedadas novas adesões ou desligamentos no âmbito do referido programa. O assunto encontra-se em análise no TCU, devido a interposição de Recurso por parte da TELEBRÁS.

Tendo em vista a extinção do PISP foi realizada a reversão da provisão em 2011, no valor restante de R\$ 8.712 (R\$ 27.077 em 2010). A provisão desse programa apresentava em 31/12/2010 um saldo no passivo circulante de R\$ 12.651 e no resultado o valor de R\$ 3.005.

12 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em 31/12/2011, a TELEBRÁS é ré em 1.755 ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária (1.374 em 31/12/2010), perante diversos tribunais. Essas ações são permanentemente acompanhadas e avaliadas pela área jurídica da Empresa e a elas são atribuídas expectativas de perda, conforme a seguir, e com base nessas avaliações, é dado o seguinte tratamento contábil:

Expectativa da perda	Critério contábil	Quantidade de ações	
		2011	2010
Provável	Provisionar e divulgar em Notas Explicativas	123	122
Possível	Não provisionar, porém divulgar em Notas Explicativas	806	509
Remota	Não provisionar, nem divulgar em Notas Explicativas	<u>826</u>	<u>743</u>
	Total	1.755	1.374



12.1. Contingências de perda provável (provisionadas)

a. Contingências líquidas de depósitos judiciais

Natureza	2011			
	Quantidade de Ações	Provisões A	Depósitos Judiciais B	Líquido A-B
Cível	43	293.215	8.237	284.978
Trabalhista	78	13.089	7.164	5.925
Tributária	<u>2</u>	<u>15.521</u>	<u>286</u>	<u>(*)15.235</u>
Total	123	321.825	<u>15.687</u>	<u>306.138</u>
Circulante		254.549	15.015	239.534
Não Circulante		67.276	672	66.604

(*) O líquido na Natureza Tributária, no valor de R\$ 15.235, está citado na Nota Explicativa nº 5.

Natureza	2010			
	Quantidade de Ações	Provisões A	Depósitos Judiciais B	Líquido A-B
Cível	40	261.860	7.646	254.214
Trabalhista	80	10.798	6.652	4.146
Tributária	<u>2</u>	<u>15.509</u>	<u>274</u>	<u>(*)15.235</u>
Total	122	288.167	<u>14.572</u>	<u>273.595</u>
Circulante		32.698	10.815	21.883
Não Circulante		255.469	3.757	251.712

b. Classe das Ações Judiciais

Classe das Ações	Quantidade		Provisões		Depósitos		Líquido	
	2011	2010	2011 A	2011 B	2011 A-B	2010	2010	
Cíveis								
Ilegalidade na transferência/venda de ações fraude	9	9	6.552	2.393	4.159		3.617	
Pleito de dividendos sobre o capital da TELEBRÁS corrigidos - AGO'S (1990/1991 e 1994/1995)	7	7	275.704	3.333	272.371		243.830	
Pleito de diferença de ações decorrentes da conversão de debêntures	1	1	6.255	-	6.255		5.588	
Pleito de indenização por danos morais e materiais	1	1	1.838	1.838	-		139	
Pleito de reconhecimento de direito autoral	1	-	1.032	-	1.032		-	
Outros	<u>24</u>	<u>22</u>	<u>1.834</u>	<u>673</u>	<u>1.161</u>		<u>1.040</u>	
Total	43	40	293.215	8.237	284.978		254.214	



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Trabalhistas

Pleito de pagamento de expurgo inflacionário do cálculo de multa de 40% - saldo do FGTS	36	60	2.786	1.606	1.180	1.370
Pleito de incorporação de gratificação de função - PISP	1	1	603	-	603	543
Pleito de readmissão de pessoal	1	1	1.393	1.256	137	82
Pleito de reconhecimento de vínculo empregatício do pessoal de mão-de-obra contratada - MOC	1	1	1.463	136	1.327	1.190
Anulação de transferência para operadoras - PISP e verbas rescisórias	21	1	4.059	3.029	1.030	24
Pleito de reenquadramento/equiparação	1	1	358	70	288	312
Indenização de ganhos de produtividade	2	2	556	19	537	480
Outros	<u>15</u>	<u>13</u>	<u>1.871</u>	<u>1.048</u>	<u>823</u>	<u>145</u>
Total	78	80	13.089	7.164	5.925	4.146

Tributárias

Cobranças de tributos SRFB - INSS	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>15.521</u>	<u>286</u>	<u>(*)15.235</u>	<u>(*)15.235</u>
Total	2	2	15.521	286	15.235	15.235

Total Geral 123 122 321.825 15.687 306.138 273.595

Circulante 254.549 15.015 239.534 21.883
Não Circulante 67.276 672 66.604 251.712

(*) O líquido na Natureza Tributária, no valor de R\$ 15.235, está citado na Nota Explicativa nº 5.

c. Movimentação das provisões para contingências

Saldo em 31/12/2009	246.675
Adições Líquidas – Despesas - Circulante	16.508
Adições Líquidas – Despesas – Não Circulante	874
Baixas	(3.503)
Atualizações – Encargos Financeiros	27.613
Saldo em 31/12/2010	288.167
Adições Líquidas – Despesas - Circulante	3.728
Adições Líquidas – Despesas – Não Circulante	1.777
Baixas	(797)
Atualizações – Encargos Financeiros	28.950
Saldo em 31/12/2011	321.825
Circulante	254.549
Não Circulante	67.276



d. Movimentação dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências

Saldo em 31/12/2009	11.584
Adições Líquidas	5.193
Baixas - provisões para contingências	(2.920)
Baixas - despesas para perdas judiciais	(27)
Atualização – Encargos Financeiros	742
Saldo em 31/12/2010	14.572
Adições Líquidas	866
Baixas - provisões para contingências	(798)
Baixas - despesas para perdas judiciais	-
Atualização – Encargos Financeiros	1.047
Saldo em 31/12/2011	15.687
Circulante	15.015
Não Circulante	672

12.2. Contingências de risco possível (não provisionadas)

Natureza	Quantidade de Ações		Valor	
	2011	2010	2011	2010
Cível	781	482	8.756	11.714
Trabalhista	21	24	2.127	1.479
Tributária	4	3	953	931
Total	<u>806</u>	<u>509</u>	<u>11.836</u>	<u>14.124</u>

Classe das Ações Judiciais

Classe das Ações

	Quantidade		Valor	
	2011	2010	2011	2010
Cíveis				
Reconhecimento de direito autoral	2	2	263	248
Declaração de responsabilidade - PCT's	3	6	146	253
Declaração de inexecução contratual com efeito indenizatório	2	2	455	429
Anulação de multa contratual	-	1	-	5.166
Declaração de nulidade em licitação pública	2	3	257	243
Declaração de nulidade de edição de lista telefônica	-	1	-	203
Ilegalidade na transferência/venda de ações	13	11	401	353
Diferenças entre quantidade de ações da TELEBRÁS e operadoras do ex-Sistema TB	713	436	5.233	3.172
Indenização por danos morais e materiais	4	4	1.431	1.349
Outras	42	16	570	298
Total	781	482	8.756	11.714
Trabalhistas				
Pagamento de hora extra/reflexo verbas rescisórias	1	1	393	371



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Equiparação salarial/periculosidade	2	2	397	374
Verbas rescisórias diversas	6	2	494	318
Reconhecimento do PISP	2	1	635	19
Outras	<u>10</u>	<u>18</u>	<u>208</u>	<u>397</u>
Total	21	24	2.127	1.479
Tributárias				
Cobrança de tributos - SRFB	<u>4</u>	<u>3</u>	<u>953</u>	<u>931</u>
Total	4	3	953	931
Total Geral	<u>806</u>	<u>509</u>	<u>11.836</u>	<u>14.124</u>

13 RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 416.671 em 31/12/2011 (7.420 em 31/12/2010) corresponde a aporte da União para a subscrição e integralização de capital, corrigidos pela taxa selic. O saldo citado será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO.

Em função do que consta no Decreto s/nº de 11/10/2011 publicado no Diário Oficial da União – DOU de 13/10/2011 foi autorizado o aumento de capital social da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS, no montante de até R\$ 300 milhões, com emissão de novas ações, mediante repasses de créditos da UNIÃO consignados na Lei nº 12.410/11 de 26/05/2011. Foi aprovado pelo Conselho de Administração na Ata 131ª de 07/02/2012 da TELEBRÁS o valor de R\$ 300 milhões a ser incorporado ao capital na próxima A.G.E.

14 CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

Trata-se de obrigação formalizada por meio do Termo de Transação e Outras Avenças, decorrente de sentença judicial, firmado com a Empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., conforme fato relevante publicado em 14/06/2006, na Gazeta Mercantil.

Conforme previsto no referido Termo, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a esta obrigação (R\$ 125.640 em 31/12/2011 e (R\$ 120.982 em 31/12/2010), refere-se a saldos de créditos de processos de pedidos de restituição/compensação à Receita Federal, que somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

15 OUTRAS OBRIGAÇÕES – PASSIVO CIRCULANTE

	2011	2010
Empresas de telecomunicações – cisão – 1998*	42.339	38.073
Retenções de impostos	2.372	158
Impostos taxas e contribuições	464	-
Convênio de cooperação técnica	1.000	10
Outras obrigações	<u>398</u>	<u>201</u>
Total	<u>46.573</u>	<u>38.442</u>



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

* Refere-se a valores recebidos por conta de empresas de telecomunicações cuja destinação depende de pronunciamentos em ações judiciais em curso.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31/12/2011, o capital social no valor R\$ 419.455 (R\$ 419.455 em 31/12/2010), subscrito e integralizado, compõe-se de 109.698.912 (1.096.989.129.010 em 31/12/2010) em unidade de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	Quantidade - Unidade	
	2011	2010
Capital total em ações		
Ordinárias	88.695.913	886.959.131.950
Preferenciais	21.002.999	210.029.997.060
Total	109.698.912	1.096.989.129.010
Ações em tesouraria		
Ordinárias	1.936	19.366.081
Total	1.936	19.366.081
Ações em circulação		
Ordinárias	88.693.976	886.939.765.869
Preferenciais	21.002.999	210.029.997.060
Total	109.696.976	1.096.969.762.929
Valor Patrimonial por ações em circulação	(0,71104)	(0,02714)

A partir de 24/01/2011, as ações de emissão da Telebrás passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA (site: www.bmfbovespa.com.br) na forma unitária. Dessa forma o preço de 1 (uma) ação a partir de 24/01/2011 corresponde ao preço de 10.000 (dez mil) ações antigas.

b. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Empresa e a permanência dos prejuízos acumulados até então, não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

c. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor referente ao ajuste de avaliação patrimonial corresponde a ganhos (perdas) por ajuste ao valor de mercado de ações e títulos destinados a venda. Vide também Notas Explicativas ns ° 8 e 17.



d. Ações em Tesouraria

O valor das ações em tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRÁS, ocorrida em 22/05/1998.

17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa não possui operações com derivativos.

Como instrumentos financeiros, a Empresa possui aplicações financeiras de liquidez imediata (R\$ 612.185 em 31/12/2011 e R\$ 279.686 em 31/12/2010), as quais estão avaliadas ao custo, acrescidas de rendimentos até a data do balanço. As taxas negociadas são compatíveis com as condições de mercado. Além disso, possui equivalentes a caixa (R\$ 23.133 em 31/12/2011 e R\$ 492 em 31/12/2010). Vide Nota Explicativa nº 4.

Considerando o saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRÁS ocorrida em 1998, o único ativo financeiro avaliado pelo valor de mercado corresponde às ações destinadas à venda (R\$ 2.471 em 31/12/2011 e R\$ 2.788 em 31/12/2010), as quais estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, conforme movimentação abaixo:

Movimentação das Ações e Títulos destinados à venda – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Saldo em 31/12/2010	2.788
Perdas por ajuste ao valor de mercado – (AVP)	(317)
Saldo em 31/12/2011	2.471

18 COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

18.1 Outras receitas operacionais

	2011	2010
Dividendos/JCP	217	148
Outras receitas operacionais	<u>501</u>	<u>12</u>
Total	<u>718</u>	<u>160</u>



18.2 Despesas gerais e administrativas

	2011	2010
Serviços de terceiros (Energia inclusa) e outros	5.302	4.896
Saúde, Alimentação, Vale Transporte e Auxílio Creche	2.931	392
Honorários, Salários e Adicionais	19.913	5.034
Encargos e Benefícios Sociais	12.091	3.525
FGTS	1.821	553
Plano de Aposentadoria e Pensão - SISTEL	478	108
Aluguéis de imóveis, taxas condominiais, veículos e equipamentos	5.240	1.362
Depreciação e Amortização	779	123
Material farmacêutico	123	18
Diversos materiais	129	95
Diversos serviços	-	2
Total	<u>48.807</u>	<u>16.107</u>

18.3 Despesas com Perdas Judiciais

	2011	2010
Outras perdas não provisionadas e ajustes	<u>36</u>	<u>65</u>
Total	<u>36</u>	<u>65</u>

18.4 Resultado Financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras – circulante (c) e não circulante (nc):		
De aplicações com liquidez imediata – c	41.679	26.039
De tributos a recuperar – c	172	79
De tributos a recuperar – nc	5.337	4.903
De depósitos judiciais – c	1.580	519
De depósitos judiciais - nc	<u>111</u>	<u>290</u>
Total	<u>48.879</u>	<u>31.830</u>
Despesas financeiras – circulante (c) e não circulante (nc):		
Credores diversos - empresas de telecomunicações – c	(4.246)	(3.259)
De Contingências – juros – c	(17.227)	(1.440)
De Contingências – juros - nc	(5.074)	(19.462)
De Contingências – variação monetária – c	(5.123)	(482)
De Contingências – variação monetária - nc	(1.526)	(6.229)
De Perdas Judiciais – variação monetária – nc	(4.657)	(3.944)
De Recursos capitalizáveis – nc	(13.851)	(661)
De Outros Passivos – c	<u>(1)</u>	<u>(12)</u>
Total	<u>(51.705)</u>	<u>(35.489)</u>
Resultado Financeiro	<u>(2.826)</u>	<u>(3.659)</u>



19 REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRÁS.

No exercício de 2011, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Empresa, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 20,0 e R\$ 1,4, respectivamente, e o salário médio foi de R\$ 7,7.

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2011, foi de R\$ 30,3.

20 PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRÁS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRÁS patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL). Até dezembro de 1999, todas as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL eram solidárias em relação a todos os planos então existentes. Em 28/12/1999, as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos e que se encontravam em tal condição em 31/01/2000, resultando em uma proposta de reestruturação no Estatuto e Regulamento da SISTEL, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13/01/2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da Sistel visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de Entidade Multipatrocinada, haja vista a nova realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRÁS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS - A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º/02/2000.

A partir de dezembro de 2000, atendendo ao que dispõe os art. 5º e 6º da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, passou a ser utilizada, na determinação do custeio desses planos, a paridade contributiva entre patrocinadora e empregados, decisão que foi ratificada pelo Conselho de Curadores da Fundação Sistel de Seguridade Social em Reunião Extraordinária realizada em 29/11/2000, passando para 8% (oito por cento) a contribuição previdencial devida pela patrocinadora, aplicável a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

Assim, a TELEBRÁS é patrocinadora dos seguintes planos:

- **PBS – A**

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

É composto por participantes de todas as patrocinadoras assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31/01/2000, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si e com a Sistel.

Considerando que a SISTEL e a TELEBRÁS ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação desta Empresa, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% (cinquenta por cento) do superávit registrado nos Balancetes da SISTEL, que caberá às Patrocinadoras o valor de R\$ 537.202.844,43 em 31/12/2011 (R\$ 465.614.725,38 em 31/12/2010) não efetuamos o provisionamento dos valores a receber, já que o processo se encontra em análise na PREVIC.

Em dezembro de 2011, a PREVIC solicitou à SISTEL informações de natureza técnica relativas a determinados itens da proposta o que foi prontamente atendida pela SISTEL. No dia 23/12/2011, a SISTEL encaminhou à PREVIC suas considerações sobre o assunto. De acordo com a Instrução MPS/PREVIC/DC/Nº 4 de 26/08/2011, art. 21, quando o processo entra em exigência da PREVIC conta-se novo prazo de 60 dias úteis, ou seja, o prazo de aprovação pela PREVIC passa a ser 20/03/2012.

- **PBS – TELEBRÁS**

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRÁS, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31/01/2000 e vinculados ao Plano da TELEBRÁS, não mais havendo a solidariedade entre as patrocinadoras dos planos administrados pela Sistel.

Em 26/9/2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRÁS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24/4/2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRÁS passa a ter um Capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRÁS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRÁS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente. Em 31/12/2011 o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRÁS.



- **PAMA**

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS - Assistidos e PBS - Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios. Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições das patrocinadoras à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS-TELEBRÁS.

- **TELEBRÁSPREV**

É um plano misto de previdência complementar implantando no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, em 3/12/2002, na modalidade de contribuição definida para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios de riscos (auxílio-doença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRÁS; não está sujeito a aportes de recursos da TELEBRÁS, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

Em 31/12/2011 e 2010 os planos apresentavam as seguintes posições contábeis:

- **PBS - TELEBRÁS e PBS - A**

	<u>PBS - TELEBRÁS</u>		<u>PBS-A</u>	
	2011	2010	2011	2010
Provisões matemáticas e fundos	251.248	238.225	8.003.545	7.655.619
Outros exigíveis	<u>5.293</u>	<u>4.576</u>	<u>225.899</u>	<u>143.263</u>
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	<u>256.541</u>	<u>242.801</u>	<u>8.229.444</u>	<u>7.798.882</u>
(-) Total dos ativos dos planos	<u>313.927</u>	<u>297.411</u>	<u>10.642.207</u>	<u>9.314.617</u>
(=) Superavit acumulado	57.386	54.610	2.412.763	1.515.735

A partir do fato gerador de janeiro de 2009, não mais houve recolhimentos da parcela patronal em favor dos referidos planos, tendo em vista sua suspensão conforme explicações retro mencionadas.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

- **PAMA**

	2011	2010
Fundo assistência financeira	592.504	609.621
Outros exigíveis	<u>32.473</u>	<u>27.670</u>
Total dos fundos e outros exigíveis	<u>624.977</u>	<u>637.291</u>
Total dos ativos do plano	624.977	637.291

Durante o exercício de 2011, a Empresa efetuou contribuições ao PAMA no montante de R\$ 39 (R\$ 33 em 2010).

- **TELEBRÁSPREV**

	2011	2010
Provisões matemáticas e fundos	550.439	503.202
Outros exigíveis	<u>440</u>	<u>346</u>
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	<u>550.879</u>	<u>503.548</u>
(-)Total do ativo do plano	<u>561.180</u>	<u>509.979</u>
(=) Superavit acumulado	10.301	6.431

Durante o exercício de 2011, a Empresa efetuou contribuições ao TELEBRÁSPREV no montante de R\$ 663 (R\$ 428 em 2010).



b. Deliberação CVM 600/2009 - Contabilização de Planos de Benefícios a Empregados

Atendendo ao que dispõe a Deliberação CVM nº 600/2009, divulgamos a seguir as informações sobre os planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela TELEBRÁS.

1) Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço

i. Movimentação do valor das obrigações atuariais

	PBS- ASSISTIDOS	PBS- TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV	PAMA
Passivo atuarial em 31.12.2010	342.771	85.366	161.373	50.111
Custo do serviço corrente bruto (com juros líquido da contribuição do participante)	-	321	110	24
Juros sobre obrigações atuariais	35.258	8.865	16.838	5.286
Benefícios pagos no ano	(30.296)	(6.236)	(9.080)	(2.445)
Contribuições de participante vertidas no ano	-	5	-	-
Ganho (Perda) atuarial	30.690	13.866	22.917	2.392
Passivo atuarial em 31.12.2011	378.423	102.187	192.158	55.368

	PBS- ASSISTIDOS	PBS- TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV	PAMA
Passivo atuarial em 31.12.2009	311.152	74.627	133.585	39.542
Custo do serviço corrente bruto (com juros líquido da contribuição do participante)	-	362	75	64
Juros sobre obrigações atuariais	32.849	7.963	14.270	4.277
Benefícios pagos no ano	(30.855)	(5.600)	(7.872)	(2.231)
Contribuições de participante vertidas no ano	-	12	-	-
Ganho (Perda) atuarial	29.625	8.002	21.315	8.459
Passivo atuarial em 31.12.2010	342.771	85.366	161.373	50.111



ii. Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	PBS- ASSISTIDOS	PBS- TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV	PAMA
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2010	530.847	221.726	314.618	15.692
Rendimentos esperados no ano	59.792	23.398	34.395	1.568
Ganho (perda) atuarial nos ativos do plano	59.659	4.580	2.298	412
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(30.296)	(6.236)	(9.080)	(2.445)
Contribuição de participante	-	5	-	-
Contribuição de patrocinadora	-	-	-	24
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2011	620.002	243.473	342.231	15.251

	PBS- ASSISTIDOS	PBS- TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV	PAMA
Valor justo dos ativos dos planos em 31.12.2009	534.808	245.187	293.403	14.763
Rendimentos esperados no ano	49.100	24.461	30.163	1.304
Ganho (perda) atuarial nos ativos do plano	(22.206)	(42.334)	(1.076)	1.835
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(30.855)	(5.600)	(7.872)	(2.231)
Contribuição de participante	-	12	-	-
Contribuição de patrocinadora	-	-	-	21
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2010	530.847	221.726	314.618	15.692

**iii. Valores reconhecidos no balanço**

	2011			
	PBS- ASSISTIDOS	PBS- TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV	PAMA
Valor das obrigações atuariais com cobertura	378.423	102.187	192.158	55.368
Valor justo dos ativos do plano	(620.002)	243.473	342.231	15.251
Deficit (Superavit) para os planos cobertos	(241.579)	(141.286)	(150.073)	40.116
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações da IFRIC 14)	241.579	141.286	150.073	-
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	-	-	-	40.116
Valores no balanço				
Passivos	-	-	-	40.116
Ativos	-	-	-	-
Passivo (Ativo) líquido	-	-	-	40.116

	2010			
	PBS- ASSISTIDOS	PBS- TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV	PAMA
Valor das obrigações atuariais com cobertura	342.771	85.366	161.373	50.111
Valor justo dos ativos do plano	530.847	(221.726)	(314.618)	15.692
Deficit (Superavit) para os planos cobertos	(188.076)	(136.360)	(153.245)	34.419
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações da IFRIC 14)	188.076	135.291	153.245	-
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	-	(1.069)	-	34.419
Valores no balanço				
Passivos	-	-	-	34.419
Ativos	-	(1.069)	-	-
Passivo (Ativo) líquido	-	(1.069)	-	34.419



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

iv. Componentes da despesa/(receita) do plano

	2011			
	PBS- ASSISTIDOS	PBS- TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV	PAMA
<i>Valores reconhecidos no demonstrativo de resultado de exercícios</i>				
Custo do serviço corrente bruto (com juros líquido da contribuição do participante)	-	321	110	24.110
Juros sobre obrigações atuariais	35.258	8.865	16.838	5.286
Rendimentos esperados dos ativos dos planos	(59.792)	(23.398)	(34.395)	(1.568)
Total das despesas (receitas) a serem reconhecidas	<u>(24.534)</u>	<u>(14.212)</u>	<u>(17.447)</u>	<u>3.742</u>
<i>Rendimentos efetivos dos ativos</i>				
Rendimentos efetivos dos ativos dos planos	119.451	27.978	36.693	1.980
<i>Valores reconhecidos nas demonstrações de receitas e despesas (OCI)</i>				
Ganho e (perdas) atuariais imediatamente reconhecidos	(28.969)	9.286	20.618	1.980
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações da IFRIC 14)	53.503	5.995	(3.171)	-
Total do custo reconhecido no OCI	<u>24.534</u>	<u>15.281</u>	<u>17.447</u>	<u>1.980</u>
<i>Valor acumulado de ganhos e perdas atuariais reconhecidos</i>	30.307	89.398	27.198	18.430
<i>Política para amortização (dos ganhos)/ perdas atuariais</i>	imediato	imediato	imediato	imediato

	2010			
	PBS- ASSISTIDOS	PBS- TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV	PAMA
<i>Valores reconhecidos no demonstrativo de resultado de exercícios</i>				
Custo do serviço corrente bruto (com juros líquido da contribuição do participante)	-	362	75	64
Juros sobre obrigações atuariais	32.849	7.963	14.270	4.277
Rendimentos esperados dos ativos dos planos	(49.100)	(24.461)	(30.163)	(1.304)
Total das despesas (receitas) a serem reconhecidas	<u>(16.251)</u>	<u>(16.136)</u>	<u>(15.818)</u>	<u>3.037</u>
<i>Rendimentos efetivos dos ativos</i>				
Rendimentos efetivos dos ativos dos planos	26.894	(17.873)	29.088	3.138
<i>Valores reconhecidos nas demonstrações de receitas e despesas (OCI)</i>				
Ganho e (perdas) atuariais imediatamente reconhecidos	51.831	50.336	22.390	6.624
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações da IFRIC 14)	(35.580)	(35.269)	(6.572)	-
Total do custo reconhecido no OCI	<u>16.251</u>	<u>15.067</u>	<u>15.818</u>	<u>6.624</u>
<i>Valor acumulado de ganhos e perdas atuariais reconhecidos</i>	59.276	80.112	6.579	16.450
<i>Política para amortização (dos ganhos)/ perdas atuariais</i>	imediato	imediato	Imediato	imediato



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

A Empresa, suportada pela opinião de sua consultoria atuarial, quanto à caracterização do PAMA como um plano de benefício definido e, objetivando ser transparente com os seus acionistas, informa que, considerando a participação proporcional da TELEBRÁS nos ativos e passivos do plano, que é multipatrocinado, estimou o valor das obrigações em excesso em relação ao valor justo dos ativos do plano e seu eventual passivo líquido atuarial contingente seria da ordem de R\$ 40.116, em 31/12/2011 (R\$ 34.419 em 31/12/2010). E, que ainda segundo nossos consultores atuariais referido valor não conta com previsão de ocorrência a curto prazo. Assim, dada a incerteza o valor não conta com previsão de curto prazo e o valor de longo prazo é incerto e não sabido.

- **Despesas (Receitas) previstas para 2012**

	PBS- ASSISTIDOS	PBS- TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV	PAMA
Juros sobre obrigações atuariais	37.505	10.247	19.301	5.611
Rendimento esperado dos ativos	(72.271)	(27.771)	(40.100)	(1.565)
Custo do serviço corrente (com juros)	-	373	87	16
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	(34.766)	(17.151)	(20.712)	4.062

- **Resumo das premissas atuariais**

Premissas	Reconciliações de 2011 e Despesas para 2012	Reconciliações de 2010 e Despesas para 2011
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Reais (R\$)	Reais (R\$)
Critério para apuração dos Ativos	Patrimônio na data do encerramento do exercício fiscal	Patrimônio na data do encerramento do exercício fiscal
Fator de Capacidade para salários e benefícios	98% (reflete inflação no intervalo de 3,4% a 5,7% a.a.)	98% (reflete inflação no intervalo de 3,4% a 5,7% a.a.)
Taxa anual nominal de retorno dos investimentos	PBS-A: 11,97% PAMA: 11,09% PBS-Telebrás: 11,56% TelebrásPrev: TBD	PBS-A: 11,60% PAMA: 10,67% PBS-Telebrás: 10,70% TelebrásPrev: 11,11%
Taxa anual nominal para desconto da obrigação atuarial	10,35% (5,6% real e 4,5% inflação)	10,77% (6% real e 4,5% inflação)
Taxa nominal anual de crescimento salarial	4,5% (0% reais e 4,5% de inflação)	4,5% (0% reais e 4,5% de inflação)
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	TelebrásPrev: Benef. de risco e saldado: 4,5% (0% reais e 4,5% de inflação) Rendas obtidas por conversão de saldo de conta: 4,44% (0,23% reais e 4,5% de inflação) Demais Planos: 4,5% (0% reais e 4,5% de inflação)	TelebrásPrev: Benef. de risco e saldado: 4,5% (0% reais e 4,5% de inflação) Rendas obtidas por conversão de saldo de conta: 5,07% (0,55% reais e 4,5% de inflação) Demais Planos: 4,5% (0% reais e 4,5% de inflação)
Taxa de inflação de longo prazo	4,5%	4,5%



Premissas	Reconciliações de 2011 e Despesas para 2012	Reconciliações de 2010 e Despesas para 2011
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A: N/A. PAMA/PCE: 5% para o início de utilização dos serviços médicos aos 52 anos de idade e 10 anos de vínculo ao plano PBS; 3% a cada ano subsequente, até que seja atingida a elegibilidade à aposentadoria normal Outros Planos: 100% na primeira idade de elegibilidade a um benefício de aposentadoria	PBS-A: N/A. PAMA/PCE: 5% para o início de utilização dos serviços médicos aos 52 anos de idade e 10 anos de vínculo ao plano PBS; 3% a cada ano subsequente, até que seja atingida a elegibilidade à aposentadoria normal Outros Planos: 100% na primeira idade de elegibilidade a um benefício de aposentadoria
Idade de Ingresso na Previdência Social	Menor entre 22 anos e a idade de admissão na Empresa. Premissa aplicável apenas para planos cuja concessão do benefício está vinculada à elegibilidade a Previdência Social	Menor entre 22 anos e a idade de admissão na Empresa. Premissa aplicável apenas para planos cuja concessão do benefício está vinculada à elegibilidade a Previdência Social
Composição familiar dos participantes em atividade	Espera-se que 95% dos participantes estejam casados à data da aposentadoria. Maridos são 4 anos mais velhos que suas esposas Considera-se que os participantes casados tenham 2 filhos de idade: (idade do titular-20)/2	Espera-se que 95% dos participantes estejam casados à data da aposentadoria. Maridos são 4 anos mais velhos que suas esposas Considera-se que os participantes casados tenham 2 filhos de idade: (idade do titular-20)/2
Despesas administrativas	Valores apresentados estão líquidos das despesas administrativas, exceto para o PAMA/PCE, no qual os valores incluem estas despesas	Valores apresentados estão líquidos das despesas administrativas, exceto para o PAMA/PCE, no qual os valores incluem estas despesas
Taxa de crescimento anual nominal dos custos dos serviços médicos (HCCTR)	7,64% (3% reais e 4,5% de inflação)	7,64% (3% reais e 4,5% de inflação)
Agravamento na utilização dos serviços médicos conforme a idade (<i>aging factor</i>)	4% para cada incremento de 1 ano de idade	4% para cada incremento de 1 ano de idade
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 female	AT-2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability	Mercer Disability
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de rotatividade	TelebrásPrev: 0,15 / (tempo de serviço + 1); nula a partir dos 50 anos Demais Planos: Nula	TelebrásPrev: 0,15 / (tempo de serviço + 1); nula a partir dos 50 anos Demais Planos: Nula



21 OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 Composição do Quadro de Pessoal da TELEBRÁS incluindo empregados cedidos e requisitados

Em 31/12/2011, estavam cedidos 71 empregados à ANATEL (117 em 31/12/2010) e 28 para outros órgãos governamentais (32 em 31/12/2010), com ônus para os cessionários, de acordo com o Decreto nº 4.050, de 12/12/2001, do total de 204 empregados da TELEBRÁS.

Em 31/12/2011, contava ainda com 85 contratados “ad Nutum” (54 em 31/12/2010) e 4 empregados requisitados (1 em 31/12/2010).

21.2 Remuneração dos Administradores

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores:

HONORÁRIOS	2011	2010
Diretoria (*)	1.742	812
Conselho de Administração	285	174
TOTAL	2.027	986

(*) Inclui parcelas de remuneração compensatória (quarentena) dos ex-diretores desligados no período de 2011 no valor de R\$ 343mil.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ nº. 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta
Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	2011	2010
Total do Ativo R\$	898.578 Mil	R\$ 447.159 Mil
Prejuízo Líquido R\$	(47.909) Mil	R\$ (13.861) Mil
Prejuízo Líquido por ações (em reais) R\$	(0,0436737)	R\$ (0,000013)

ADMINISTRAÇÃO

CEZAR SANTOS ALVAREZ

Presidente do Conselho de Administração

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES

Conselheiro de Administração e Presidente da Empresa

ANTÔNIO FLÁVIO SALGADO

Conselheiro de Administração

CARLOS ALBERTO AFONSO

Conselheiro de Administração

DEMI GETSCHKO

Conselheiro de Administração

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

Conselheiro de Administração

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Conselheiro de Administração

RAFAEL RODRIGUES ALVES DA ROCHA

Conselheiro de Administração

VILMAR JOSE PEREIRA DA SILVA

Diretor Técnico Operacional

ROGÉRIO CATUNDA BOROS

Diretor Comercial

BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO

Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

SERGIO BRUNACCI

Gerente Fiscal e de Controle e
Contador CRC2328/0-6-DF



AO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS ACIONISTAS DA
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS
BRASÍLIA – DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parágrafos de Ênfases

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5 – Tributos a Recuperar, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS possui registrado em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 145.600 mil correspondente a impostos a recuperar originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação, procedimento ocorrido no período pela compensação de R\$ 7.321 mil relativos a débitos tributários referente ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte incidentes sobre folha de pagamento e remuneração a serviços terceirizados de pessoas jurídicas. Ressalta-se também, que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Contrato de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 125.640 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme a Nota Explicativa nº 11 – Programa de indenização por serviços prestados (PISP), em 2011, a TELEBRÁS cumpriu determinação do ofício do Tribunal de Contas da União - TCU dando ciência do Acórdão n.º 6767/2011 de 23/08/2011 que determinou "o prazo de 60 dias para que a TELEBRÁS adotasse providências com vistas a extinguir o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, determinando que, a partir da ciência da presente deliberação, abstenha-se de admitir novas adesões ou desligamentos no âmbito do referido programa" e do Ofício n.º 91/2011 de 09/09/2011, da lavra do Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, o qual solicitou à TELEBRÁS que, em virtude das determinações do acórdão emanado pelo TCU, tome todas as medidas necessárias para extinguir imediatamente o PISP. Assim, face à determinação do TCU e do Ministério das Comunicações, a direção da empresa declarou extinto o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, onde ficaram vedadas novas adesões ou desligamentos no âmbito do referido programa. O assunto encontra-se em análise no TCU, devido à interposição de Recurso por parte da TELEBRÁS. Tendo em vista a extinção do PISP foi realizada a reversão da provisão em 2011, no valor restante de R\$ 8.712. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 – Recursos Capitalizáveis, o saldo de R\$ 416.671 em 31/12/2011 corresponde a aporte da União para a subscrição e integralização de capital, corrigidos pela taxa selic. O saldo citado será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO. Em função do que consta no Decreto s/nº de 11/10/2011 publicado no Diário Oficial da União – DOU de 13/10/2011 foi autorizado o aumento de capital social da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS, no montante de até R\$ 300 milhões, com emissão de novas ações, mediante repasses de créditos da UNIÃO consignados na Lei nº 12.410/11 de 26/05/2011. Foi aprovado pelo Conselho de Administração na Ata 131ª de 07/02/2012 da TELEBRÁS o valor de R\$ 300 milhões a ser incorporado ao capital na próxima A.G.E. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Conforme a Nota Explicativa nº 20 – Planos de benefícios pós-emprego, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS é patrocinadora da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social. As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios estão descritas na nota explicativa. Cabe ressaltar que o Conselho de Administração da TELEBRÁS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS-A como patrocinadora, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras. Como a SISTEL e a TELEBRÁS, ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% do superávit registrado nos balancetes da SISTEL, não foi efetuado o provisionamento dos valores a receber, já que o processo se encontra em análise na PREVIC. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 22 de fevereiro de 2012.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S DF
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679 S DF
CNAI 539
Sócio - Responsável Técnico

ELIANE TÂNIA RESMINI
Contadora CRC RS 59765 S DF
CNAI 1126
Auditora

LUIZ FERNANDO MELLO TARASIUK
Contador CRC RS 50670 S DF
Auditor

JUCLÉIA GONÇALVES RODRIGUES
Contadora CRC RS 78349 S DF
Auditora



**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram que:

(i) que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes UHY Moreira - Auditores sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2011; e

(ii) que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2011.

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2012.

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES

Conselheiro de Administração e Presidente da Empresa

BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

VILMAR JOSE PEREIRA DA SILVA

Diretor Técnico Operacional

ROGÉRIO CATUNDA BOROS

Diretor Comercial



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(i) baseado em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos Auditores Independentes UHY Moreira - Auditores, não havendo qualquer discordância com relação as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

(ii) revisaram este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS e baseado nas discussões subsequentes, concordam que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2012.

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES

Conselheiro de Administração e Presidente da Empresa

BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

VILMAR JOSE PEREIRA DA SILVA

Diretor Técnico Operacional

ROGÉRIO CATUNDA BOROS

Diretor Comercial



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, além do disposto na lei das Sociedades por Ações, tudo quanto pontificado pelo **Estatuto Social** da Empresa como sendo de sua competência, procederam ao exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 (Demonstrações Contábeis Anuais de 2011). Com base no acima especificado e considerando as informações prestadas pela Diretoria da Empresa e pelos Auditores Independentes (UHY MOREIRA – AUDITORES), bem como o parecer favorável dos Conselheiros Fiscais sobre a proposta de destinação do resultado do Exercício de 2011, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Empresa, e determinam o encaminhamento dos documentos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Brasília-DF, 01 de março de 2012.

CEZAR SANTOS ALVAREZ
Presidente do Conselho de Administração

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES
Conselheiro de Administração e
Presidente da Empresa

ANTÔNIO FLÁVIO SALGADO
Conselheiro de Administração

CARLOS ALBERTO AFONSO
Conselheiro de Administração

DEMI GETSCHKO
Conselheiro de Administração

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS
Conselheiro de Administração

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Conselheiro de Administração

RAFAEL RODRIGUES ALVES DA ROCHA
Conselheiro de Administração



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, nesta data, em cumprimento ao determinado nos incisos II e VII do Artigo 163, da Lei nº 6.404/76, e nos incisos II e VII do Artigo 53, do Estatuto Social da Empresa, examinou o **Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011**, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas. Com arrimo nos exames efetuados e levando em conta, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes (UHY MOREIRA – AUDITORES), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2011, o Conselho Fiscal considera que as citadas demonstrações representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, e opina no sentido de que as mesmas podem ser encaminhadas para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Brasília-DF, 01 de março de 2012.

BRUNO NUNES SAD
Presidente do Conselho

ULYSSES CESAR AMARO DE MELO
Conselheiro

LAURO ARCÂNGELO ZANOL
Conselheiro

ANTONIO CARLOS DA SILVA ESTEVÃO
Conselheiro



**COMENTÁRIOS DOS
DIRETORES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
ITEM 10.10 IN CVM 481/09**



10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Comentários dos diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

No encerramento do exercício de 2011 constata-se a ocorrência de significativas variações na estrutura patrimonial da Empresa.

O Ativo apresentou uma evolução da ordem de 100%, quando comparado com 2010, decorrente do crescimento das rubricas do Ativo Circulante (evolução de 119%) e Ativo Imobilizado (evolução de 1.870%). Referidas variações decorrem do aporte de recursos por parte do acionista controlador, para o financiamento da implantação do Programa Nacional de Banda Larga, que não foram totalmente utilizados.

Já com relação à estrutura de financiamento da empresa pode-se afirmar que a mesma também passou por profundas alterações, já que houve reclassificações de passivos contingentes do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante, em função das avaliações dos processos judiciais nos quais a Telebras figura no pólo passivo, e em função também dos processos de implantação dos projetos da Empresa, que implicaram em forte crescimento dos passivos junto a fornecedores (passivo circulante). Em função ainda do ingresso de recursos a serem incorporados ao capital social da empresa, decorrentes de subscrições de capital por parte do acionista controlador o Patrimônio Líquido apresentou forte evolução, passando de R\$ 22,3 milhões negativos para R\$ 338,7 milhões positivos.

Assim sendo os dados da estrutura patrimonial refletem uma situação que deve continuar sofrendo profundas alterações nos períodos subseqüentes, uma vez que a atividade da Empresa requer a utilização intensiva de capitais concentrados no seu ativo imobilizado e o processo de implantação de seu projeto foi acelerado ao longo do exercício de 2011, com reflexos mais fortes nos exercícios seguintes.

Destaque para o aumento do prejuízo verificado no exercício em relação ao do período de 2010. Esse aumento deveu-se principalmente ao fato de que em 2010 houve reversão de despesas da Provisão do Programa de Incentivo por Serviços Prestados - PISP, em função de sua revogação parcial gerando uma receita de reversão da ordem de R\$ 27 milhões, enquanto que em 2011 a receita decorrente da extinção do referido programa gerou receita de reversão de R\$ 8,7 milhões.

As receitas obtidas pela TELEBRÁS com as aplicações financeiras, ainda são sua receita mais expressiva e tem sido utilizadas para cobrir os desembolsos decorrentes de suas atividades operacionais, já que as despesas financeiras apropriadas não afetam o caixa da empresa.

Em decorrência da apuração de prejuízo no exercício e da permanência de prejuízos acumulados, não foram feitas provisões para pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio aos acionistas, bem como não foi apropriada a participação nos lucros dos empregados.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

RUBRICAS	EM R\$ MIL					
	EXERCÍCIOS FINDOS					
	EM					
	2011		2010		2009	
R\$	AV%	R\$	AV%	R\$	AV%	
Receitas Operacionais	9.529	19,9	27.237	196,5	181	0,9
Receitas de Serviços Prestados	99	0,2				
Recup. de Contingências - PISP	8.712	18,2	27.077	195,3	0	0,0
Dividendos/JCP e Outras	718	1,5	160	1,2	181	0,9
Despesas Operacionais	54.612	114,0	(36.640)	(264,3)	(18.422)	(89,5)
Despesas Gerais e Administrativas	48.808	101,9	(16.107)	(116,2)	(6.415)	(31,2)
Provisão para Contingências	5.505	11,5	(17.382)	(125,4)	(8.065)	(39,2)
Prov. Prog. Indeniz. Por Serv. Prest.	0	0,0	(3.005)	(21,7)	(2.451)	(11,9)
Impostos, Taxas e Contribuições	264	0,6	(81)	(0,6)	(38)	(0,2)
Perdas com Ações Judiciais	35	0,1	(65)	(0,5)	(1.453)	(7,1)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro	(45.083)	(94,1)	(9.403)	(67,8)	(18.241)	(88,6)
Resultado Financeiro	(2.826)	(5,9)	(3.659)	(26,4)	(297)	(1,4)
Receitas Financeiras	48.879	102,0	31.830	229,6	31.757	154,2
Despesas Financeiras	(51.705)	(107,9)	(35.489)	(256,0)	(32.054)	(155,7)
Resultado Antes dos Tributos	(47.909)	(100,0)	(13.062)	(94,2)	(18.538)	(90,0)
Provisão para IR e CSLL	0		(799)	(5,8)	(2.052)	(10,0)
Prejuízo do Exercício	(47.909)	100,0	(13.861)	100,0	(20.590)	100,0

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate;

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 419,5 milhões. Está representado por ações ordinárias e ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo assegurado a elas prioridade no recebimento de dividendos de acordo com o estatuto social da Companhia. Não há possibilidade de resgate de ações, exceto nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, o resgate far-se-ia pelo seu valor econômico.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O volume de recursos alocados no item de Disponibilidades é suficiente para a cobertura dos compromissos assumidos uma vez que representa 173% dos valores consignados no Passivo circulante da Empresa, e gera receitas financeiras em decorrência de sua aplicação em instituições financeiras públicas, garantindo ainda a quitação dos compromissos vencidos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício de 2011, a TELEBRÁS contou como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para custeio de seus investimentos em ativos operacionais, com recursos provenientes do Acionista Controlador (União), para futuros aumentos do Capital Social da Empresa, acrescidos da receita financeira originária da aplicação financeira dos excedentes desses recursos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Empresa conta com recursos já disponíveis aplicados no mercado financeiro, que garantem a cobertura dos compromissos decorrentes dos investimentos já comprometidos e a comprometer, conforme descrito na alínea "d".



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

RUBRICAS	2011		2010	
	R\$ MIL	PART. %	R\$ MIL	PART. %
DISPONIBILIDADES	635.318	90,2	270.178	87,2
OUTRAS CONTAS A RECEBER	68.541	9,8	40.797	12,8
ATIVO CIRCULANTE	703.859	100,0%	320.975	100,0%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRAB.	7.682	1,0	7.435	2,3
FORNECEDORES	44.579	6,3	1.834	0,5
CONTINGÊNCIAS PASSIVAS	254.549	36,2	32.698	10,2
OUTROS PASSIVOS	59.750	8,5	51.093	15,9
PASSIVO CIRCULANTE	366.560	52,0	93.060	28,9
LIQUIDEZ CORRENTE	R\$ 1,92		R\$ 3,45	

Os passivos circulantes da Empresa representam 52% do volume de recursos mantidos no ativo circulante, em que as disponibilidades para uso imediato representam 90%. Portanto as dívidas de natureza eminentemente operacional pouco comprometem a solvabilidade. A dívida maior está representada por passivos contingentes, cujo desfecho depende ainda de decisões judiciais, que podem variar para mais ou para menos. Contudo, a administração entende que o nível de provisões é adequado.

i.contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Pelo fato de a Empresa estar se capitalizando com o aporte de recursos do acionista controlador, não tem se utilizado de empréstimos tomados junto ao mercado financeiro.

ii.outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica, de acordo com o descrito no item “i”;

iii.grau de subordinação entre as dívidas

DESCRIÇÃO	2011	2010
PASSIVO CIRCULANTE	366.560	93.060
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	193.345	376.451
PASSIVO EXIGÍVEL	559.905	469.511

A distribuição da dívida total indica que 65% em 2011 concentram-se no passivo circulante, ante 20% de 2010. Tal alteração de subordinação decorre do fato de que em decorrência do processo de avaliação permanente dos passivos contingentes, parte expressiva da dívida de longo prazo foi transferida para o passivo circulante de companhia alterando significativamente o grau de subordinação.

iv.eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Limites de endividamento: Estatutariamente não há estabelecimento de limites para o endividamento da Empresa. Contudo, o orçamento aprovado pelo acionista controlador impõe limites para a captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais. As operações financeiras são analisadas na relação custo/benefício (alavancagem financeira).

Distribuição de Dividendos: A Empresa segue o estabelecido no estatuto social, qual seja a distribuição a título de dividendos de 25% do lucro apurado no exercício. Primeiramente são atribuídos os dividendos às ações preferenciais de 6% do valor da ação. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias na proporção das ações emitidas. Se houver ainda saldos remanescentes, que permitam distribuições os mesmos são atribuídos aos acionistas ordinários e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do prejuízo apurado em 2011 a proposta da Administração de destinação do resultado não contempla o pagamento de dividendos.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Alienação de ativos: Deve ser feita com base no que determina a Lei 8.666, aplicável a todas as entidades e empresas do setor público federal.

Emissão de novos valores mobiliários: Segue as determinações do estatuto social em seus artigos 8º, 9º e 10º e orientação do acionista controlador, que estabelece os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da empresa, aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST.

Alienação de Controle Acionário: O estatuto social da Companhia não prevê esta modalidade. Contudo, a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo acionista controlador e pela Assembleia Geral.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Como a empresa não se utiliza de empréstimos para o financiamento das suas atividades o item não se aplica.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A descreve-se a seguir as alterações significativas em itens das Demonstrações Financeiras, com base na comparação dos exercícios 2011/2010.

RUBRICAS	EXERCÍCIOS (VALORES EM R\$ MIL)							
	2011			2010			2009	
	R\$	AV%	AH%	R\$	AV%	AH%	R\$	AV%
Ativo Circulante	703,9	78,3	119,3	321,0	71,8	7,0	300,0	69,3
Disponibilidades	635,3	70,6	126,7	280,2	62,6	6,1	278,5	64,3
Tributos a Recuperar	34,3	3,8	61,0	21,3	4,8	273,6	5,7	1,3
Outros Valores	34,3	3,8	75,9	19,5	4,3	23,4	15,8	3,6
Ativo Não Circulante	194,7	21,7	54,3	126,2	28,2	(5,2)	133,1	30,7
Realizável a Longo Prazo	115,9	12,9	(5,2)	122,2	27,3	(8,1)	132,9	30,7
Imobilizado/Intangível	78,8	8,8	1.870,0	4,0	0,9	1.900,0	0,2	0,0
TOTAL DO ATIVO	898,6	100,0	100,9	447,2	100,0	3,3	433,1	100,0
Passivo Circulante	366,6	40,8	293,8	93,1	20,8	(0,2)	93,3	21,5
Passivo Não Circulante	193,3	21,5	(48,6)	376,4	84,2	7,8	349,3	80,7
TOTAL DO PASSIVO	559,9	62,3	19,3	469,5	105,0	6,1	442,6	102,2
Patrimônio Líquido	338,7	37,7	1.618,8	(22,3)	(5,0)	134,7	(9,5)	(2,2)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	898,6	100,0	100,9	447,2	100,0	3,3	433,1	100,0

Ativo Circulante

Disponibilidades: Aumento de 126% em função do ingresso de recursos para aumento do capital social, cujo saldo não utilizado permanece na conta de aplicações financeiras de curto prazo.

Tributos a Recuperar: Aumento de 61% resultante da atualização dos tributos pela taxa SELIC e de novas retenções na fonte do Imposto de Renda sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos no exercício, apesar das compensações efetuadas no período com débitos tributários relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre assalariados e prestadores de serviço pessoa jurídica, além do débito de IRRF reclamado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral de Fazenda no processo judicial nº 200334000405974, ainda objeto de contestação no processo nº 200234000366948 de Ação Anulatória, em trâmite na Justiça Federal.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Outros ativos circulantes: Aumento de 75,9% principalmente em decorrência de depósitos judiciais efetuados no período, por decisões judiciais.

Ativo não Circulante:

Realizável a Longo Prazo: Redução de 5,2% no realizável a longo prazo em função da transferência de saldos de tributos a recuperar para o ativo circulante.

Imobilizado: Em função dos investimentos realizados apresentou evolução de 1.870% no exercício de 2011, com destaque para o crescimento do imobilizado em andamento que cresceu de R\$ 1.0 milhão para R\$ 82,9 milhões em 2011.

Passivo Circulante

Fornecedores: Também apresentou forte variação em função das compras de imobilizado ainda não pagas no valor de R\$ 44.1 milhões, responsáveis pela evolução verificada no saldo.

Contingências Passivas: Além do anteriormente citado o crescimento acentuado do passivo circulante decorreu da transferência de valores do passivo não circulante, em função de avaliações de processos judiciais, levando à administração a determinar a sua reclassificação de forma a melhor espelhar a situação decorrente desse processo.

Patrimônio Líquido: Apresentou forte evolução em função dos aportes de recursos do acionista controlador para aumento do capital social, classificados como patrimônio líquido dada a certeza de sua incorporação ao capital social da empresa, que deverá ocorrer no exercício de 2012. Assim sendo, o Patrimônio Líquido da Empresa, a despeito do prejuízo verificado no exercício apresentou evolução de R\$ 22,3 milhões negativos para R\$ 338,7 milhões positivos.

Prejuízo do Exercício

Em 2011 houve recrudescimento no prejuízo da companhia motivado por reversão de provisões em nível bem inferior ao verificado em 2010, notadamente aquelas relacionadas ao programa de incentivo por serviços prestados - PISP, extinto por determinação superior, mas que contava com saldo inferior a reverter, quando relacionado com 2010.

10.2 – Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos diretores sobre:

- resultados das operações da Companhia.

RUBRICAS	EXERCÍCIOS FINDOS EM					
	2011		2010		2009	
	R\$	AV%	R\$	AV%	R\$	AV%
Receitas Operacionais	9.5	19,9	27.2	196,5	0,2	0,9
Despesas Operacionais	(54.6)	114,0	(36.6)	(264,3)	(18.4)	(89,5)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro	(45.1)	(94,1)	(9.4)	(67,8)	(18.2)	(88,6)
Resultado Financeiro	(2.8)	(5,9)	(3.7)	(26,4)	(0,3)	(1,4)
Provisão para Imp. de Renda e CSLL	0	0	(0,8)	(5,8)	(2,0)	(10,0)
Prejuízo do Exercício	(47.9)	100,0	(13.9)	100,0	(20.5)	100,0

As receitas operacionais da Telebrás apresentaram decréscimo de 64,1% no exercício. Tal variação decorre do fato de que o volume de reversões de provisões no período foi bem inferior ao volume de 2010, ocasião em que só a reversão da provisão para indenização por serviços prestados PISP, gerou uma



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

receita de R\$ 27 milhões. As despesas operacionais cresceram de forma expressiva (49%), tendo em vista que as contratações de pessoal mais o retorno de grande parte do pessoal cedido à ANATEL à Empresa ensejaram no crescimento nas despesas com pessoal, com forte impacto no crescimento das despesas. Além disso, considerando a fase inicial de operação em que a empresa se encontra houve acréscimo também nos custos de serviços de terceiros, dadas as ampliações que se fizeram na sede e em instalações.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os ativos da Empresa referentes a tributos a recuperar junto à Receita Federal do Brasil, são indexados pela taxa SELIC. Em 2011 as receitas decorrentes dessa indexação foram da ordem de R\$ 5,3 milhões.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os adiantamentos para aumento de capital recebidos do acionista controlador e registrados no Patrimônio Líquido são atualizados pela taxa SELIC, por determinação legal. A indexação desse passivo gerou uma despesa financeira de R\$ 13,8 milhões.

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A autorização legal não contempla novos segmentos operacionais, já que a Telebras é concessionária de serviços públicos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

O plano de negócios não prevê estas modalidades.

c) eventos ou operações não usuais

Não se constataram eventos ou operações não usuais.

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis 2008.

Quanto ao critério dos instrumentos financeiros, a Empresa contabiliza a variação como ajuste de avaliação patrimonial em seu único ativo financeiro avaliado ao preço de mercado, a partir de 2008. Até 31.12.2007 o valor correspondente a perda ou ganho era contabilizado no resultado, havendo portanto um impacto irrelevante na demonstração do resultado.

Quanto ao imobilizado, ressalte-se que o mesmo vem sendo registrado com base no valor de aquisição acrescido dos custos de transporte, das despesas com instalação e na maioria dos itens são contabilizados também como custo os gastos de operação inicial.

Quanto ao ajuste a valor presente nas operações ativas e passivas a longo prazo e para as relevantes de curto prazo a empresa atualmente não possui nenhuma operação que possa gerar algum efeito significativo.

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os custos incidentes e as variações monetárias, de acordo com as características dos ativos.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Quanto ao ajuste a valor presente nas operações ativas e passivas a longo prazo e para as relevantes de curto prazo a empresa atualmente não possui nenhuma operação que possa gerar algum efeito significativo.

a. mudanças significativas nas práticas contábeis 2011.

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores (Leis nº 11.638/2007 e 11.941, de 27 de maio de 2009), nos Pronunciamentos, Orientações, Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e, no que couber, com as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e foram examinadas por auditores independentes.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2008 e 2009 e 2010.

Não houve efeitos significativos para a Empresa conforme mencionado no item “a”.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2010

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2010, um capital circulante líquido de R\$ 227,9 milhões, satisfatório pelos conceitos de liquidez, todavia manteve o histórico de prejuízo, apurando no exercício o valor R\$ 13,8 milhões, passando o patrimônio líquido negativo para R\$ 22,3 milhões, cuja abertura dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 22, a União abriu um Crédito Extraordinário da ordem de R\$300 milhões, destinado à TELEBRAS, para a Implantação da Rede Nacional de Banda Larga, em conformidade com o Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, e futura capitalização, cujo valor será incorporado à previsão de aporte do exercício de 2011, conforme o Decreto s/nº de 28/01/2011, publicado na Edição Extra do DOU de 28/01/2011.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2011

A inserir tão logo recebamos o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Segue abaixo o entendimento da Diretoria da Companhia com relação às suas práticas contábeis.

– Disponibilidades

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente e por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal, emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 2.917, de 19/12/2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas estatais federais. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado, que têm como meta a rentabilidade da Taxa Média da SELIC. Vide Nota Explicativa nº 4.

– Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade, saldo do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação. Vide Nota Explicativa nº 5.

– Imposto de renda e contribuição social



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de, imposto de renda e contribuição social, em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Oportunamente, a Empresa voltará a registrar contabilmente, em função de suas novas atividades no Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Vide Nota Explicativa nº 6.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real.

– **Ativos realizáveis - Créditos**

Estão representados preponderantemente pelos i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não sendo reconhecidos como despesas na Empresa e sim como um direito a receber e ii) por aplicações em ações de companhias abertas, avaliadas pelo valor de mercado conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

– **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

São apresentados pelo valor provável de realização na data do balanço.

– **Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.

Em 2013, será contratada consultoria especializada para sua avaliação. Vide Nota Explicativa nº 9.

– **Provisões e obrigações trabalhistas**

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. Vide Nota Explicativa nº 10.

– **Provisões para contingências**

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda das ações judiciais em andamento efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRÁS na data do balanço. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

– **Planos de benefícios pós-emprego**

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios pós-emprego estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

– **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

– **Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

– **Receitas (despesas) financeiras**

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais de obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

– **Prejuízo e valor patrimonial por ação - VPA por mil ações**

O prejuízo e o VPA por ação foram calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial, sendo 88.693.976 (líquidas de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 109.696.976 ações em 31/12/2011. e 886.939.765.869 (líquidas de 19.366.081) ações ordinárias e 886.939.765.869 ações preferenciais totalizando 1.096.969.762.929 ações em 31/12/2009.

– **Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis basearam-se em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às referidas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, constituída para o programa de desligamento de pessoal denominado “Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)” e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa mensalmente as estimativas e premissas da provisão para contingências e, trimestralmente, as demais provisões.

10.6 – Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a – Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (v) sua página na internet; e (vi) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

A administração concluiu pela eficácia do ambiente de controle da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A companhia mantém um processo de acompanhamento e tratamento das recomendações objeto da carta de controles internos emitida pelo auditor independente.

O documento relativo a 2011 sobre deficiências que possam comprometer o ambiente de controle e/ou a confiabilidade das demonstrações financeiras está sendo elaborado e as ações de correção serão implementadas, a fim de mitigar os riscos e eliminar danos ao seu patrimônio.

10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, já que a companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, conforme descrito na alínea “a”.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pelo mesmo motivo



10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados em seu balanço patrimonial.

10.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10 – Plano de negócios

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

O orçamento de capital consolidado e registrado no Programa de Dispêndios Globais – PDG, realizado no exercício de 2011 somou R\$ 76,20 milhões, dos quais R\$ 2,2 milhões para aquisição e manutenção de software, R\$ 72,37 milhões para implantação do Plano Nacional de Banda Larga – PNBL, R\$ 1,61 milhões para instalações e equipamentos da sede.

Para o exercício de 2012 somou R\$ 399,67 milhões, dos quais R\$ R\$ 44,52 milhões para aquisição e manutenção de software, R\$ 353,31 milhões para implantação do Plano Nacional de Banda Larga – PNBL, R\$ 1,84 milhões para instalações e equipamentos da sede.

A Empresa financia tais investimentos por meio do seu fluxo de caixa operacional e recursos disponibilizados pelo Governo Federal, conforme registrado e aprovado no Plano Plurianual 2012 a 2015.

Investimentos em 2011:

INVESTIMENTOS	Em R\$ Milhões	Porcentagem (%)
Sistemas Aplicativos	0,15	0,20%
Equipamentos de Computação	2,06	2,70%
Equipamentos PNBL	72,37	94,98%
Instalações	0,66	0,86%
Mobiliários	0,92	1,21%
Outros	0,04	0,05%
TOTAL	76,20	100%

Previsão de investimentos para 2012:

INVESTIMENTOS	Em R\$ Milhões	Porcentagem (%)
Sistemas Aplicativos	42,07	10,53
Equipamentos de Computação	2,45	0,61
Equipamentos PNBL	98,61	24,67
Instalações	0,84	0,21
Mobiliários	1,00	0,25
Satélite de Comunicação	55,70	13,94
Cabo Oceânico	119,00	29,77
Grandes Eventos	80,00	20,02
TOTAL	399,67	100%

ii) fontes de financiamento dos investimentos:



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

A Empresa utiliza como fonte de financiamento dos investimentos recursos dos disponibilizados pelo Tesouro Nacional e com recursos próprios, conforme segue:

FONTES DOS RECURSOS	Em R\$ Milhões 2011	Em R\$ Milhões 2012
Recursos Próprios	3,82	46,36
Aumento Patrimônio Tesouro (Direto)	72,37	353,31
TOTAL	76,19	399,67

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não há previsão de desinvestimento para o período.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

INVESTIMENTOS	Em R\$ Milhões
Equipamentos PNBL	72,37
TOTAL	72,37

Nossos investimentos em 2011 incluíram o seguinte:

INVESTIMENTOS	Em R\$ Milhões
Infraestrutura	12,64
Equipamentos	25,78
Enlaces	2,26
Site Acquisition	0,83
Fiscalização	2,16
Comunicação de Dados em Protocolo IP/MPLS	28,09
Outros	0,61
TOTAL	72,37

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Incrementos:

Infraestrutura de tecnologia da informação para atender a Grandes Eventos e a Copa do Mundo, conforme previsto no Plano Plurianual, Ação 147A, com previsão total de desembolso de R\$ 200,00 milhões;

Lançamento de cabo oceânico ligando o Brasil à Europa, conforme previsto no Plano Plurianual, Ação 146Y, com previsão total de desembolso de R\$ 440,50 milhões;

Lançamento de cabo oceânico ligando o Brasil aos Estados Unidos, conforme previsto no Plano Plurianual, Ação 147C, com previsão total de desembolso de R\$ 440,50 milhões;

Lançamento de satélite de comunicação, conforme previsto no Plano Plurianual, Ação 146Z, com previsão total de desembolso de R\$ 716,00 milhões;

Implantação de infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga – PNBL, conforme previsto no Plano Plurianual, Ação 120F, com previsão total de desembolso de R\$ 6.773,78 milhões.

Desenvolvimento de laboratório de referência para certificação e testes de equipamentos e da rede da Empresa, com previsão total de desembolso de R\$ 1,00 milhão.

10.11 – Outros fatores com influência relevante



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não se aplica



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, esta Administração propõe à Assembleia que a destinação do prejuízo líquido do Exercício de 2011, no valor de R\$ 47.908.675,15 (quarenta e sete milhões, novecentos e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quinze centavos), seja acrescido à conta de Prejuízos Acumulados, cujo saldo de R\$ 449.155.545,41 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos) passará a ser R\$ 497.064.220,56 (quatrocentos e noventa e sete milhões, sessenta e quatro mil, duzentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos), para futura absorção de lucros.

Brasília-DF, 01 de março de 2012.

CEZAR SANTOS ALVAREZ

Presidente do Conselho de Administração

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES

Conselheiro de Administração e Presidente da Empresa

ANTÔNIO FLÁVIO SALGADO

Conselheiro de Administração

CARLOS ALBERTO AFONSO

Conselheiro de Administração

DEMI GETSCHKO

Conselheiro de Administração

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

Conselheiro de Administração

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Conselheiro de Administração

RAFAEL RODRIGUES ALVES DA ROCHA

Conselheiro de Administração

BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com
Investidores

ROGÉRIO CATUNDA BOROS

Diretor Comercial

VILMAR JOSE PEREIRA DA SILVA

Diretor Técnico Operacional